

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

João Augusto Reich da Silva

A LINGUAGEM E O TEMPO: UM ESTUDO EM
AGOSTINHO, BENVENISTE E BAKHTIN

Passo Fundo

2018

João Augusto Reich da Silva

A LINGUAGEM E O TEMPO: UM ESTUDO EM
AGOSTINHO, BENVENISTE E BAKHTIN

Monografia apresentada ao curso de Letras, Português-Inglês e Respectivas Literaturas, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Letras Habilitação Português-Inglês e Respectivas Literaturas, sob a orientação da Profa. Dra. Patrícia da Silva Valério.

Passo Fundo

2018

João Augusto Reich da Silva

A linguagem e o tempo: um estudo em Agostinho, Benveniste e Bakhtin

Monografia apresentada ao curso de Letras, Português-Inglês e Respectivas Literaturas, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Letras Habilitação Português-Inglês e Respectivas Literaturas, sob a orientação da Profa. Dra. Patrícia da Silva Valério.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Patrícia da Silva Valério - UPF

Profa. Dra. Marlete Sandra Diedrich - UPF

AGRADECIMENTOS

É tempo de agradecer.

À professora, orientadora e amiga Patrícia Valério, que considero minha segunda mãe, por me trazer ao mundo da pesquisa, da ciência, da linguística, da Letras. Você me acolheu desde o início da graduação e me cativou com sua humanidade, afeto e sabedoria ao longo de todo curso. Assim como não existe *eu* sem *tu*, este aluno não existiria sem você.

À minha família, especialmente aos meus amados pais, Carla e Marcelo, que me ensinaram a importância de estudar, que me incentivaram em todas as minhas empreitadas, que me amam incondicionalmente, que são motivo de orgulho e me fazem seguir sempre em frente. O *eu* se constitui através do *outro*, e vocês foram o melhor *outro* que eu poderia ter.

Às minhas amigas e aos meus amigos, de perto e de longe, colegas do curso e de pesquisa, pela paciência ao me ouvir em momentos de angústia, dúvida e euforia, por compreenderem minhas ausências, pela sua presença em momentos significativos, pela sua amizade.

À Enya e à Joanna Newsom, que embalsamaram minhas ideias e deram as notas necessárias à minha composição. Suas músicas me acompanharam durante a escrita deste trabalho, aguçando minha paixão pelo tema e ainda seguem comigo diariamente em todos os momentos. Meu coração bate no ritmo de suas canções.

À Universidade de Passo Fundo, pelos projetos de pesquisa e extensão, eventos de formação e programas institucionais dos quais pude gozar enquanto acadêmico. Agradeço pelas bolsas de estudo que me foram concedidas ao longo do curso, especialmente a do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – UPF.

Ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, ao Curso de Letras, seus professores e funcionários. Especialmente, à professora Patricia Ketzer, pela solicitude inspiradora. Meus admirados mestres, vocês foram e são minha motivação. Cada gota de seu conhecimento foi suficiente para regar todo meu jardim.

Por último aquele que veio por primeiro.

A Deus, por todas as bênçãos que me concedeu, pelo amor, pela inteligência, pela vida. À Santa Maria, por me confortar e me orientar. A Santo Agostinho, por sua obra e iluminação.

A todos, os meus mais sinceros agradecimentos, que ficam aqui registrados. Deixo a certeza de que a cada nova leitura, a cada nova enunciação, se renovam meus votos de gratidão.

To the Virgins, to Make Much of Time

Robert Herrick

*Gather ye rosebuds while ye may,
Old Time is still a-flying;
And this same flower that smiles today
Tomorrow will be dying.*

*The glorious lamp of heaven, the sun,
The higher he's a-getting,
The sooner will his race be run,
And nearer he's to setting.*

*That age is best which is the first,
When youth and blood are warmer;
But being spent, the worse, and worst
Times still succeed the former.*

*Then be not coy, but use your time,
And while ye may, go marry;
For having lost but once your prime,
You may forever tarry.*

*Oh, if life were made of moments
Even now and then a bad one!
But if life were only moments
Then you'd never know you had one*

Stephen Sondheim

RESUMO

Sabendo que o tempo é categoria integrante das teorias de Agostinho de Hipona (1980), Émile Benveniste (2005; 2006) e Mikhail Bakhtin (2011), esta pesquisa de natureza bibliográfica tem por objetivos conhecer e descrever a especificidade que a categoria tempo assume no constructo teórico de cada autor, investigando os modos como se constitui o sentido no discurso e como se configura a experiência humana do tempo através da linguagem, para, por fim, analisar as possíveis relações entre as três teorias estudadas. Para tanto, trabalhou-se com recortes da obra dos três autores, tendo como critério os textos em que o tempo é tema de suas reflexões. Realizou-se uma revisão de literatura com base nos textos selecionados, mobilizando os principais conceitos de cada teoria sobre o tempo e examinando suas implicações no campo dos estudos da língua e da linguagem. Ao final, são apresentados possíveis afastamentos e aproximações entre cada teoria no que diz respeito à abordagem da categoria tempo. O estudo aponta para maior semelhança entre o pensamento de Agostinho e de Benveniste em comparação a Bakhtin.

Palavras-chave: Tempo. Enunciação. Agostinho. Benveniste. Bakhtin.

ABSTRACT

Knowing that time is a category of the theories of Augustine of Hippo (1980), Émile Benveniste (2005; 2006) and Mikhail Bakhtin (2011), this bibliographical research aims to know and describe the specificity that the category time undertakes in the theoretical construct of each author, investigating through which means the sense in speech is built and how it shapes the human experience of time through language, to finally analyse the possible relations between the three studied theories. To this end, it was worked with part of the work of each of the three authors, having as criteria the texts which time is the theme of their reflections. It was build a literature review based on selected texts, mobilizing the core concepts of each theory of time and examining their implications in the field of language studies. At the end, possible remoteness and approximations amongst each theory are presented in relation to the time category approach. The study points to a greater similarity between the thought of Augustine and Benveniste in comparison to Bakhtin.

Key-words: Time. Enunciation. Augustine. Benveniste. Bakhtin.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O TEMPO EM AGOSTINHO	11
3 O TEMPO EM ÉMILE BENVENISTE.....	21
4 O TEMPO EM MIKHAIL BAKHTIN	33
5 AGOSTINHO, BENVENISTE E BAKHTIN: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS TEÓRICOS.....	41
5.1 Aproximações	41
5.2 Afastamentos	46
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49

1 INTRODUÇÃO

Quando voltamos nosso olhar para o discurso, mais precisamente para sua constituição através da enunciação, não podemos ignorar a tríade (*ego, hic et nunc*) que configura a existência de qualquer enunciado: encontramos sempre um *eu* (sujeito) que se dirige a um *tu* (permeado por um outro, uma não-pessoa) em um determinado *tempo* (agora) e em um determinado *espaço* (aqui). São muitos os aspectos singulares que operam em cada uma dessas categorias e que são engendrados novamente a cada vez que um locutor se apropria do sistema da língua e o coloca em ação por um ato individual de utilização. Especialmente, o tempo é sempre outro, jamais se repete e acaba por revelar uma experiência humana que não se imagina possa ocorrer senão através da linguagem. É esta categoria tema de nossa pesquisa, por revelar singularidades merecedoras de profunda reflexão.

Este trabalho surgiu do desejo de aprofundar os conhecimentos mobilizados através do projeto de pesquisa *Linguagem, tempo e sociedade*, desenvolvido pela Profa. Dra. Patrícia da Silva Valério na Universidade de Passo Fundo (UPF), em que o pesquisador ingressou no início do curso de graduação em Letras como bolsista voluntário (PIVIC – UPF) de Iniciação Científica e segue agora como bolsista PIBIC – UPF.

Desde o início do projeto, que coincide com o ingresso do pesquisador, nossa atenção estava dirigida para as marcas do tempo na linguagem. Inseridos na área da Linguística da Enunciação, a princípio, nossos estudos estavam centrados na teoria enunciativa do linguista sírio Émile Benveniste, em que fomos mapeando os principais conceitos que sua análise sobre o tempo na linguagem apresentava, conforme os recortes teórico-metodológicos realizados. Após um importante e necessário período de familiarização com a teoria de Benveniste, era preciso convocar os estudos sobre o tempo feitos por outros autores, pois era visto que a multiplicidade de olhares viria a enriquecer nossa reflexão. Assim, passamos a estudar também textos de Agostinho de Hipona e de Mikhail Bakhtin, autores que tinham como tema o tempo e sua relação com a linguagem humana. A pesquisa foi então se expandido em seus moldes iniciais e encontrou espaço adequado para realização de seus objetivos nesta monografia.

Logo, sabendo que o tempo é categoria presente no constructo teórico de Agostinho de Hipona (1980), Émile Benveniste (2005; 2006) e Mikhail Bakhtin (2011), queremos investigar: o que dizem tais autores sobre a categoria tempo e como cada estudo pode contribuir para entender os modos pelos quais se constitui o sentido no discurso? Buscamos, em um primeiro momento, conhecer e descrever a especificidade da categoria tempo nas teorias de Agostinho, Benveniste e Bakhtin, com vistas a analisar a singularidade que ela assume nas reflexões de

cada um desses autores para, por fim, descrever a natureza das relações entre suas teorias quanto ao estudo do tempo. Desse modo, intentamos compreender o papel do tempo na construção do sentido no discurso.

Assim, após esta introdução, trazemos os estudos dos três autores já mencionados que, cada um a seu modo, buscaram compreender o papel do tempo na vida humana em diferentes dimensões, a que damos enfoque à dimensão linguística, da própria linguagem humana. Nosso trabalho, de caráter bibliográfico e descritivo, tem por base um recorte na obra de cada autor, em que foram selecionados capítulos de seus livros nos quais o tempo é tematizado.

No primeiro capítulo, abordamos a teoria de Agostinho sobre o tempo, discutindo a natureza dos tempos passado, presente e futuro, sua existência duvidosa, o modo como medimos os tempos e como os apreendemos por meio da linguagem. Temos como base o livro XI *O homem e o tempo*, presente em *As Confissões*, obra prima do filósofo hiponense.

No segundo capítulo, apresentamos os conceitos de tempo físico, tempo crônico e, particularmente, o conceito de tempo linguístico, de acordo com Benveniste. Tratamos sobre o modo como o tempo se manifesta pela linguagem, a (inter)subjetividade inerente à sua manifestação e as diferenças entre narrativa histórica e narrativa de discurso. Para tanto, trabalhamos fundamentalmente com capítulos selecionados dos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral*.

No terceiro capítulo, apoiados no texto *O tempo e o espaço nas obras de Goethe*, que consta em *Estética da criação verbal*, estudamos o conceito de cronotopo desenvolvido por Bakhtin. Trazemos as ideias do autor russo – que se embasa na literatura de Goethe – quanto à indissociabilidade entre tempo e espaço, a possibilidade de ver os vestígios do passado no presente e a chamada plenitude do tempo.

Os três primeiros capítulos desta monografia são dedicados à descrição e análise sobre como cada autor formula sua teoria sobre o tempo e quais suas repercussões para o campo dos estudos linguísticos. Mais necessário ainda é o trabalho de comparar essas teorias, identificando suas particularidades e possíveis pontos em comum. Para tanto, dedicamos o quarto capítulo para tratar das possíveis aproximações e afastamentos entre as teorias sobre o tempo de Agostinho, Benveniste e Bakhtin.

Por último, nas considerações finais, retomamos os principais conceitos da teoria de cada autor e as relações possíveis que encontramos (ou não) entre elas.

2 O TEMPO EM AGOSTINHO

Aurelius Augustinus (acrescenta-se ainda Hiponensis), popularmente conhecido como Santo Agostinho ou Agostinho de Hipona, nasceu a novembro de 354 a.C., em Tagaste, na província romana da Numídia, na África, tendo falecido em agosto de 430 a.C., em Hipona, cidade onde assumiu a liderança religiosa por cerca de quarenta anos (PESSANHA, 1980). Santo, bispo, teólogo, filósofo, professor, escritor: são diversos os complementos ao nome de Agostinho que foi, sumariamente, um homem da Igreja no sentido pleno da palavra, e as suas atividades após conversão foram essencialmente de caráter eclesiástico, conforme Mohrmann (2011). Seus escritos são de suma importância para o pensamento filosófico e religioso ocidental, a partir da Idade Média, pois “ninguém como ele tinha conseguido, na filosofia ligada ao cristianismo, atingir tal profundidade e amplitude de pensamento”, segundo Pessanha (1980, p.23).

Servimo-nos, nesta pesquisa, do livro XI, *O homem e o tempo*, um recorte da obra *As Confissões*, uma das mais destacadas de Agostinho, onde ele relata sua vida antes e após a conversão ao cristianismo e “se revela admirável analista de problemas psicológicos íntimos tanto quanto de questões puramente filosóficas” (PESSANHA, 1980, p.12).

Ao escrever suas *Confissões*, Agostinho dirige-se a um interlocutor específico, o centro convergente da religião monoteísta a que pertence o bispo de Hipona, Deus. Indescriivelmente superior, detentor das respostas aos mistérios universais, dotado de uma inteligência diversa da nossa e ser de altíssima elevação: é assim que Ele permeia a obra do filósofo cristão. Não se admira, portanto, que o bispo inicie o livro XI dirigindo-se a Deus, admitindo que escreve para reafirmar seu amor para com Ele e suscitar essa paixão convertedora em seus leitores, por meio da narrativa dos enigmas sobre o tempo, já bem conhecidos por Aquele que é onisciente.

Interessante notar a postura de Agostinho perante Deus, que reflete a ideologia do cristianismo: ele se coloca como inferior à divindade, como qualquer outro ser humano que é mortal e fruto da criação divina. Impera por todo o livro a teoria criacionista, que pressupõe que tudo aquilo que existe (o céu e a terra, o homem e os animais) foi criado por Deus apenas com a força de sua vontade e à luz de suas palavras, como lemos em Gênesis 1:3, “**Deus disse**: ‘Que exista a luz!’ E a luz começou a existir” (BÍBLIA, 1990, p.14, grifo nosso). Destacamos que a validade dessa teoria e a existência dos elementos por ela subentendidos não é alvo de nossa reflexão, apenas a integramos por ser indispensável para compreender o pensamento agostiniano.

Sublinhamos que já nas narrativas míticas, como a da Criação, delineia-se o poder da linguagem perante o mundo e os homens. Como mostra Fiorin (2016a, p.10), na introdução de seu *As astúcias da enunciação*, “o poder criador da divindade é exercido pela linguagem, que tem, no mito, um poder ilocucional, já que nela e por ela se ordena o mundo”, pois “ao mesmo tempo em que faz as coisas, Deus denomina-as. No universo mítico dar nome é criar”.

Nas palavras de Agostinho (1980, p.230) ao seu Senhor, “o vosso conhecimento diverge muito do nosso. É extraordinariamente mais admirável e incomparavelmente mais misterioso”. Por essa razão o autor investiga as condições que pressupõem a existência daquilo que chamamos de tempo, provocado pela seguinte questão, posta por aqueles “cheios de velhice espiritual”:

Que fazia Deus antes de criar o céu e a terra? [...] Se existiu em Deus um novo movimento, uma vontade nova, para dar o ser a criaturas que nunca antes criara, como pode haver verdadeira eternidade, se n’Ele aparece uma vontade que antes não existia? (AGOSTINHO, 1980, p.215).

No entendimento de Agostinho, a eternidade divina pressupõe uma vontade infinita que desde sempre estava presente em Deus, mesmo antes do início da criação, algo por vezes difícil de se apreender ou até mesmo incompreensível para aqueles que, encontrando-se como seres finitos em um mundo cuja duração é imemorial, são como as rosas no jardim de Adônis, “[...] que em o dia em que nascem / Em esse dia morrem [...]”, como bem ilustrou Fernando Pessoa (2006, p.100).

A reflexão de Agostinho sobre o tempo tem como pedra angular o livro do Gênesis, encontrado na Bíblia, obra considerada sagrada pelo cristianismo e que reúne os textos que dão testemunho da influência divina sobre os homens. A narrativa trata, em seus dois primeiros capítulos, de como Deus criou o mundo e seus habitantes em seis dias, partindo de um momento único na existência do universo: a vontade divina de iniciar nova empresa. O autor de *As Confissões* rebate a questão posta anteriormente ao afirmar que a vontade de criar estava em Deus desde antes do ato de criação, pois somente assim podemos chamá-la de eterna, já que “[...] nada seria criado se antes não existisse a vontade do Criador” (AGOSTINHO, 1980, p.215). Sob esse ponto de vista, a eternidade é entendida não somente como uma duração sem fim, mas também sem um começo apreensível ao menos para nós seres humanos. Na edição consultada de *As Confissões*, há uma nota dos tradutores que esclarece o ponto argumentado com base nas ideias do próprio Agostinho em outro livro, *De Genesi contra Manichaeos*:

A criação não foi *ab aeterno*. Deus criou livremente, por um ato eterno de volição. As idéias das coisas existem na Inteligência Divina desde toda a eternidade. Porém, os termos ou objetos que Deus quer produzir só aparecem no momento determinado pela sua volição. (SANTOS e PINA, 1980, p.215, grifos dos autores).

Assim, Agostinho (1980, p.216) confere ao presente a medida da eternidade, pois notar-se-á que “na eternidade, ao contrário, nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente. [...] O passado é impelido pelo futuro e [...] todo o futuro está precedido dum passado, e todo o passado e futuro são criados e dimanam d’Aquele que é sempre presente”. Tem-se, desse modo, a ideia de tempo como sucessão, quando tratamos de passado e futuro, mas ao falarmos de eternidade a imagem que nos convém é a da perpétua imobilidade, que condiz ao presente que não se altera. O presente é a única instância que se mantém imóvel na linha de duração que, talvez erroneamente, denominamos tempo, uma vez que seguindo a reflexão agostiniana ainda não sabemos precisar a sua substância, apesar de sabermos do que tratamos ao falar do tempo: da ideia de sucessividade. Desse modo, indaga o autor:

Que é, pois, o tempo? Quem poderá explicá-lo clara e brevemente? Quem o poderá apreender, mesmo só com o pensamento, para depois nos traduzir por palavras o seu conceito? E que assunto mais familiar e batido nas nossas conversas do que o tempo? Quando dele falamos, compreendemos o que dizemos. Compreendemos também o que nos dizem quando dele nos falam. O que é, por conseguinte, o tempo? Se ninguém me perguntar, eu sei; se o quiser explicar a quem me fizer a pergunta, já não sei. (AGOSTINHO, 1980, p.217-218)

A noção de tempo está ligada à ideia de continuidade, de sucessão, de fluxo ininterrupto, já que se os tempos permanecessem imutáveis (como Deus) já não seriam tempos, assegura Agostinho (1980). Conforme trecho de nota de Pino e Santos (1980, p.218), “Santo Agostinho estuda o problema do tempo apenas sob o aspecto psicológico: como é que nós o apreendemos. Não o estuda sob o aspecto ontológico: como é em si mesmo”. É no espírito, figura de nossa mente, que se grava a passagem do tempo, dispondo-nos a refletir sobre o mesmo. Tal entendimento vem de Agostinho (1980, p.228), ao discorrer sobre como é possível medir o tempo (breve, longo): “Em ti, ó meu espírito, meço os tempos! [...] Meço a impressão que as coisas gravam em ti à sua passagem, impressão que permanece, ainda depois de elas terem passado. [...] ou esta impressão é os tempos ou eu não meço os tempos”. A essa última afirmação cabe ressaltar que se trata de uma das armadilhas do psicologismo mencionadas por Benveniste. A impressão que se tem sobre o tempo não é o tempo em si; sua matéria é de outra

natureza que foge de nossa investigação. Basta saber que notamos o tempo, percebemos no espírito o grau de sua passagem e a isso outorgamos o direito de afirmarmos sua existência.

Agostinho (1980, p.218-219) reconhece a experiência que compartilhamos sobre o tempo ao dividi-lo em passado/pretérito, presente e futuro. Sua análise vai além ao afirmar que a existência desses tempos é tão inconsistente a ponto de ser dubitável:

De que modo existem aqueles dois tempos – o passado e o futuro –, se o passado já não existe e o futuro ainda não veio? Quanto ao presente, se fosse sempre presente, e não passasse ao pretérito, já não seria tempo, mas eternidade. Mas se o presente, para ser tempo, tem necessariamente de passar para o pretérito, como podemos afirmar que ele existe, se a causa de sua existência é a mesma pela qual deixará de existir? Para que digamos, que o tempo verdadeiramente existe, porque tende a não ser?

Segundo o santo de Hipona, o passado *já não existe* por já ter decorrido, enquanto o futuro *ainda não existe* porque está por decorrer. Por conseguinte, quando nos referimos à duração dos tempos deveríamos reorganizar nossos enunciados dizendo que o passado “foi longo” em lugar de “é longo” e que o futuro “será longo”, de modo que a linguagem contemple mais precisamente os aspectos da realidade. O autor sugere, ainda, dentro de suas exemplificações, que se diga que “aquele tempo presente foi longo”, ao nos referirmos ao passado, pois só enquanto foi presente é que foi longo, já que não existe desde o instante em que passou (AGOSTINHO, 1980).

Tendo demonstrado não ser possível determinar a realidade dos tempos passado e futuro, Agostinho lança seu olhar para o tempo presente, o único no qual poderíamos fazer repousar nossas angústias e incertezas sobre tal questão, visto que ele é o centro determinante da anterioridade e posterioridade, daquilo que deixou de ser e do que virá a ser. Contudo, nem aí diminuem nossas inquietações; Agostinho (1980, p.219) indaga se podemos afirmar que cem anos são presentes, fazendo notar que “se o primeiro ano está decorrendo, este é presente, mas os outros noventa e nove são futuros, e, portanto, ainda não existem. Se está decorrendo o segundo ano, um é passado, outro é presente e os restantes futuros”. Sendo assim, seja qual for o ano intermediário que tivermos como presente, os anos antes desse são passados e os que o sobrevierem serão futuros. Desse modo conclui o autor que cem anos não podem ser presentes.

O filósofo examina, gradualmente, se um ano, um mês, um dia ou até mesmo uma hora podem ser considerados presentes, ao passo que sustenta que nenhum deles podem ser tomados como inteiramente presentes, pois quando no início de cada um, todas as medidas futuras ainda não existem; se interpostos, as medidas anteriores já caíram na penumbra ao passar e as futuras

continuam obscuras, já que não vão acontecer; se na última medida, todas as outras são passadas. Ainda, segundo Agostinho (1980, p.219):

Se pudermos conceber um espaço de tempo que não seja suscetível de ser subdividido em mais partes, por mais pequeninas que sejam, só a esse podemos chamar tempo presente. Mas este voa tão rapidamente do futuro ao passado, que não tem nenhuma duração. Se a tivesse, dividir-se-ia em passado e futuro. Logo, o tempo presente não tem nenhum espaço.

Todavia, medimos os tempos dizendo que uns são breves ou longos, que este durou mais do que aquele, fazemos comparações e distinções sem percebermos como se configura nossa ação: através da medida daquilo que já não existe e do que virá a existir. Percebemos o tempo quando ele está decorrendo, somente então podemos medi-lo (AGOSTINHO, 1980).

Há um ponto em que todos parecemos estar de acordo, que é a tripartição do tempo como sendo passado, presente e futuro; tal é a sensação que nos acomete e como aprendemos a distinguir a duração das coisas desde a infância. Porém, Agostinho (1980, p.220), acreditando veementemente ser o tempo presente o único possível de adquirir existência ainda que de modo breve, interroga, “onde é que os adivinhos viram as coisas futuras que vaticinaram, se elas ainda não existem?”. Em resposta à sua própria pergunta, Agostinho (1980, p.220) compreende que não é possível ver o que não existe, mas ainda assim narramos acontecimentos passados e futuros. Só os poderíamos ver, então, na alma, já que “se esses fatos passados não existissem, de modo nenhum seriam vistos. Existem, portanto, fatos pretéritos e futuros”.

Examinando alguns pontos de destaque e figuras eminentes do cristianismo, acreditamos que Agostinho, ao mencionar os adivinhos, tenha se referido aos profetas, homens comuns que foram escolhidos pelos céus como instrumento de comunicação entre Deus e a humanidade. Os profetas transmitiam mensagens – que ficaram conhecidas como *profecias* – ao povo, iluminados pelo sobrenatural deífico. O seguinte trecho corrobora nossa afirmação, quando Agostinho (1980, p.221) lança questionamentos sobre o futuro, “Declarai-nos, pois, ó Soberano das vossas criaturas, de que modo ensinais às almas os acontecimentos futuros, pois não se pode duvidar que os revelastes aos vossos profetas”.

Dentre os mais conhecidos, destacamos o profeta João, a quem se atribui a autoria do livro do Apocalipse, onde estão descritos os eventos que acontecerão antes, durante e após o retorno de Jesus Cristo de sua morada excelsa. Segundo o relato da fé, presente em Apocalipse 1:11, esse vaticínio só foi possível pela visão que João teve através de um anjo, ao que se sucedeu o seguinte: “No dia do Senhor, o Espírito [Santo] tomou conta de mim. E atrás de mim

ouvi uma voz forte como trombeta, que dizia: *‘Escreva num livro tudo o que você está vendo. Depois mande para as sete igrejas [...]’*” (BÍBLIA, 1990, p.1517, grifo nosso).

Observe-se que a única forma de registrar com segurança a previsão dos acontecimentos nesse episódio bíblico é através do registro escrito, ou seja, do uso da linguagem. O mesmo ocorre quando intentamos retomar fatos passados. Atente-se, porém, ao fato de que não registramos os acontecimentos em si, mas a imagem que deles gravamos em nosso espírito, como relata Agostinho (1980, p.220):

Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata, não os próprios acontecimentos que já decorreram, mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma série de vestígios.

Podemos recuperar eventos passados (que já não existem mais) apenas quando eles se tornam objeto de nossa descrição, ao mesmo tempo em que atualizamos nossa experiência de ter vivido aqueles acontecimentos ao trazê-los ao presente através da recordação, graças à nossa memória. Semelhantemente, a predição das coisas futuras (que não existem ainda) só tornar-se possível porque nos baseamos em coisas presentes “que já existem e se deixam observar” (AGOSTINHO, 1980, p.220-221).

Agostinho (1980) busca concluir sua análise sobre os três tempos, propondo uma nova terminologia que faça jus à real estrutura temporal: tendo em vista não haver verdadeiramente passado e futuro, diríamos que o tempo se divide em presente das coisas passadas, presente das presentes e presente das futuras, visto que todos têm como ponto central o presente. É no presente que retomamos as coisas passadas e que visualizamos os acontecimentos presentes, além de ser o tempo de onde despontam as esperanças sobre o futuro. O filósofo admite não se importar se a nova terminologia seja adotada ou não, desde que se tenha em mente que os tempos não-presentes não podem de fato existir. Essa constatação assume importância para a investigação que construímos, como pretendemos mostrar no capítulo final, em que poremos lado a lado as teorias sobre o tempo dos três autores, relacionando divergências e pontos em comum.

Na sequência de seu estudo, o bispo de Hipona segue intrigado ao constatar que mesmo sem sabermos que matéria constitui aquilo que chamamos de “tempo”, continuamos a medi-lo, como se algo que não existe tivesse duração. Mesmo o tempo presente, o único que seria passível de ser medido, não encontra em si espaço suficiente para ser mensurado, uma vez que só o medimos à sua passagem.

Compreendemos a duração de nossa vida como uma série de acontecimentos dispostos no tempo, de modo que um dá lugar ao outro sucessivamente. Embora não saibamos precisar a natureza do tempo sem alguma dificuldade, estamos a toda hora mencionando-o em diversas situações: “Isso aconteceu há pouco tempo”; “Você levou muito tempo para fazer isso”; “Não temos tempo para formalidades!”; “Só me fez perder tempo”. Conforme Agostinho (1980, p.223), “são palavras muito claras e muito ordinárias, mas ao mesmo tempo bastante obscuras. Exigem, por isso, uma nova análise”.

Aquilo que já ocorreu (uma festa de casamento, um jantar, nossa infância, o nascimento de um filho) jamais poderá voltar da mesma forma que se apresentou, do mesmo modo que não podemos avançar para um futuro longínquo, apenas nos dirigir para o futuro imediato que se apresenta imediatamente após o presente. Não possuímos os meios materiais para nos transportarmos inteiramente para o passado ou para o futuro, de corpo e mente: essa possibilidade é praticamente nula para cientistas, servindo apenas como alimento para produções de ficção-científica, abundantes quando tratando do tema de viagem no tempo. Isso posto, podemos entender como *percebemos* o tempo: como algo não imóvel que avança a cada momento por menor que seja, deixando às costas tudo aquilo que nos sucedeu e seguindo alienadamente para o futuro. Ao menos é assim que nossa sociedade, e muitas outras influenciadas pela tradição judaico-cristã, vê o tempo. Outras sociedades e culturas podem apreendê-lo de diferentes formas que no espaço deste trabalho não nos propomos apresentar.

Retornando ao livro de Agostinho (1980), o autor preocupa-se em saber o que medimos quando dizemos, por exemplo, que um movimento é duas vezes mais longo que o outro, ou que o dia é o período em que o Sol descreve seu curso do oriente ao oriente, de tal modo que dizemos “passaram-se tantos dias”. Resta saber se o que constitui o dia é o movimento do Sol em si ou a duração em que o astro realiza o movimento. Considerando o primeiro caso, teríamos um dia ainda que o Sol percorresse o céu no espaço de uma hora. Por outro lado, no segundo caso, se o astro de Apolo demorasse apenas uma hora para dar origem à aurora e ao ocaso, seria preciso que a estrela desse vinte e quatro voltas para completar um dia. Também não poderíamos denominar como dia o conjunto do movimento do Sol e da duração desse movimento, “se o Sol perfizesse o seu giro completo no espaço de uma hora. Também o não chamaríamos de dia, se se passasse tanto tempo estando o Sol parado, quanto este costuma gastar no seu percurso de uma manhã a outra manhã” (AGOSTINHO, 1980, p.224).

Nesse exemplo, o autor não se preocupa em averiguar em que consiste aquilo que chamamos de dia, mas em sondar o que é aquilo que chamamos de tempo. Posteriormente a essa breve reflexão, Agostinho assevera que o tempo não é o simples movimento dos corpos

celestes, e atrela à sua afirmação um argumento bíblico, de quando o Sol teria parado no céu atendendo a oração de Josué, para que ele vencesse sua batalha pelo povo de Israel (AGOSTINHO, 1980).

Agostinho prossegue, reiterando a afirmação anterior ao mostrar que o movimento dos corpos está no tempo e é com o tempo que o medimos: “se o não vi principiar a mover-se [o corpo] e persevera de modo a não poder notar quando termina, só me é permitido medir a duração do movimento desde o instante em que comecei a vê-lo até que o deixei de ver”. À vista disso, “sendo diferentes o movimento do corpo e a medida da duração do movimento, quem não vê qual destas duas coisas se deve chamar de tempo?”, arremata o filósofo (AGOSTINHO, 1980, p.225).

No capítulo 27 do livro *O homem e o tempo*, Agostinho (1980) esmiúça as particularidades de uma experiência que nos atrevemos a trazer para o campo dos estudos enunciativos, na medida em que se trata, ao nosso ver, da prática de vocalização, característica da enunciação. O autor descreve, por suposição, um corpo do qual emana uma voz que ressoa, ecoa, continua a ecoar e cala-se. Nesse momento, faz-se silêncio, ao que a voz que esmoreceu já deixou de existir. Antes de ecoar, era futura e não poderia ser medida porque ainda não existia, do mesmo modo que já não pode ser medida por ter-se silenciado. Enquanto soava era comensurável, pois havia algo passível de ser medido; contudo, a voz estava sob o domínio do tempo presente e este não tem nenhuma extensão devido à sua inerente instabilidade.

Deveríamos então medir outra voz enquanto ainda está ressoando, uma vez que quando tiver cessado já não poderá ser medida por pertencer então ao domínio do pretérito? Mas como poderemos realizar essa operação se só medimos aquilo que possui um início e um fim, “porque todo intervalo se mede desde um certo ponto até um limite determinado” (AGOSTINHO, 1980, p.227)? Assim sendo, não podemos medir uma voz que ainda não terminou de soar, nem podemos comparar sua duração com nenhuma outra, pois não encontramos um fim para determinarmos o limite de sua duração. Voltamos, então, ao centro da reflexão agostiniana:

Com efeito, medimos os tempos, mas não os que ainda não existem ou já passaram, nem os que não têm duração alguma, nem os que não têm limites. Não medimos, por conseguinte, os tempos futuros nem os passados, nem os presentes, nem os que estão passando. Contudo, medimos os tempos! (AGOSTINHO, 1980, p.227)

Ao final do livro XI de *As Confissões*, Agostinho (1980) tece algumas considerações sobre tempo e espírito, em que sublinhamos os trechos que fazem menção à memória. Ainda tratando sobre a questão de mensuração do tempo, o autor, ao comentar sobre a duração de

sílabas breves e longas sob o ponto de vista do mesmo argumento exposto anteriormente, afirma que mesmo tendo as sílabas já ressoado, as medimos com a certeza de que pode nos dar a percepção dum sentido. Só podemos dizer o quanto mediram justamente por terem passado e terminado; não medimos, portanto, a elas que já não existem, mas a alguma coisa delas que permanece gravada em nossa memória. As atualizamos e medimos no presente, logo após terem passado.

De acordo com o próprio Agostinho (1980), parece que o tempo não seria outra coisa senão distensão da própria alma, e que medimos no espírito a duração e a passagem dos tempos. Medimos a impressão que as coisas gravam no espírito à sua passagem, impressão que permanece, ainda depois de elas terem passado. Conforme o autor, “é a essa impressão ou percepção que eu meço, quando meço os tempos. Portanto, ou esta impressão é os tempos ou eu não meço os tempos” (AGOSTINHO, 1980, p.228).

O bispo de Hipona é sagaz ao lembrar que medimos a duração de nossas falas sem ter, necessariamente, que pronunciá-las em voz alta. Ao redigir um discurso de agradecimento, por exemplo, podemos imaginar a duração de nossa fala sem necessariamente vocalizá-la, comparando ainda com outros discursos já proferidos e ouvidos que estão resguardados em nosso pensamento, em nossa memória. O mesmo ocorre quando procuramos pronunciar de modo mais prolongado certa palavra e regulamos sua duração com o pensamento, delimitando-a em silêncio. Enquanto ressoa, o futuro de sua duração vai sendo consumido pelo presente, diminuindo à mesma medida em que aumenta o pretérito. Mas como será possível aumentar-se ou diminuir-se algo que não existe realmente? O filósofo não nos deixa sem resposta: graças aos três alicerces do tempo no espírito, a saber, a expectativa, a atenção e a memória, pois “aquilo que o espírito espera passa através do domínio da atenção para o domínio da memória” (AGOSTINHO, 1980, p.228-229).

Ao discorrermos sobre o tempo na teoria agostiniana, não nos escapa a percepção de que estamos a todo momento tratando de uma espécie de sutil *movimento* que opera em levar o futuro ao presente e conseqüentemente ao passado. Que a ideia desse movimento seja decorrente de nossa experiência com o tempo (somente possível através da linguagem), não duvidamos. Como mostra o próprio Agostinho (1980, p.229), em exemplo sobre o ato de recitar um hino (e, por que não, sobre o próprio ato de enunciação),

logo que o começar [a recitar], a minha memória dilata-se, colhendo tudo o que passa de expectativa para o pretérito. A vida deste meu ato divide-se em memória, por causa do que já recitei, e em expectativa, por causa do que hei

de recitar. A minha atenção está presente e por ela passa o que era futuro para se tornar pretérito.

Agostinho (1980, p.230-231) encerra seu estudo sobre o tempo opondo-se à postura daqueles que suscitaram sua reflexão, que questionam incessantemente e indevidamente as ações divinas, e que “têm mais sede de saber do que permite sua capacidade”. Reconhece, naturalmente, que somente um espírito “extraordinariamente maravilhoso e vertiginosamente estupendo” poderia ser conhecedor dos mistérios os quais ele só pode sondar. E a quem se refere Agostinho senão ao próprio Deus, o “eterno Criador de todos os tempos”?

Sua análise sobre o tempo é pertinente ao evidenciar como nossa experiência com o tempo é fundamentalmente subjetiva, por vezes rodeada de incertezas que podem ser elucidadas apenas por meio de conexões com outras áreas do saber (como a Metafísica, a Astronomia, a Psicologia, a Sociologia, etc.). Seus argumentos minuciosamente apresentados podem, em um primeiro momento, abalar nossas certezas acerca da existência e da configuração do tempo, mas não deixam de ter sua própria razão ao mostrar que o que chamamos de tempo pode ser apenas a imagem, a percepção que os acontecimentos nos deixam à sua passagem e que a única forma de nós, enquanto seres mortais e não divinos, recuperarmos ou antevermos esses momentos, é através de sua descrição, ou seja, através do uso da linguagem. É este último aspecto tema de nosso próximo capítulo, no qual aprofundaremos as considerações acerca do modo como o homem organiza o tempo através da linguagem e, conseqüentemente, funda por meio dela sua própria experiência temporal.

3 O TEMPO EM ÉMILE BENVENISTE

Quando falamos de enunciação, não podemos deixar de fazer referência a Émile Benveniste (1902-1976). Nascido em Alepo, na Síria, mas naturalizado francês, Benveniste é reconhecido por seu pioneirismo no campo dos estudos enunciativos, não por uma questão temporal (Charles Bally, Mikhail Bakhtin e Valentin Voloshinov já haviam tratado de enunciação bem antes de Benveniste), mas sim pela generalidade que propõe:

sua reflexão sobre a enunciação é inspiradora porque ela é gestada a partir de um profundo diálogo com outras áreas (antropologia, psicanálise, sociologia e filosofia, principalmente) e em direção a perspectivas linguísticas ainda não vislumbradas. Sobre esse último ponto o trabalho de Benveniste é contundente: ele produz um retorno da linguística ao estudo da língua viva, do discurso, no exato momento – fim da década de 40, início da de 50 – em que a herança saussuriana se limita aos estudos estruturalistas da langue. É Benveniste quem produz um retorno – alguns inclusive diriam que é uma primeira abordagem e não um retorno – da linguística ao estudo da língua que serve para viver, como ele mesmo diria. (FLORES; TEIXEIRA. 2011, p.408)

Trabalharemos com capítulos selecionados dos dois volumes de *Problemas de Linguística Geral* (doravante, PLG I e II), de Benveniste. Temos como critério de seleção os textos em que a categoria tempo é contemplada nas análises do autor, assim como outros textos que tratem de aspectos relativos à enunciação e que sirvam para aprimorar nosso estudo e compreensão sobre o tema. O que chama nossa atenção de modo mais acentuado é como se configura a relação entre tempo e enunciação, e como esta última permite ao homem viver uma experiência única no tempo através da linguagem.

Sabemos que o ato de enunciação, indispensável para a constituição do discurso, pressupõe três categorias que só existem em conjunto e que possuem cada uma aspectos singulares a serem observados e analisados: estamos falando das categorias de *pessoa*, *espaço* e *tempo*. Entendemos ainda, com base em Flores e Teixeira (2012, p.100), que

a enunciação é sempre única e irrepetível, porque a cada vez que a língua é enunciada tem-se condições de tempo (agora), espaço (aqui) e pessoa (eu/tu) singulares. [...] É da ordem do repetível apenas a organização da língua.

Mesmo que um locutor enuncie todos os dias o que parece ser a mesma sentença, o seu ato de enunciá-la será sempre diferente devido às circunstâncias que o envolvem. Por exemplo, uma pessoa que diz “Bom dia!”, todos os dias, para a mesma pessoa, durante um mês ao chegar

no trabalho às oito horas da manhã, jamais irá dizer a mesma frase da mesma maneira, ainda que tente. Se considerarmos os aspectos fônicos e vocais, perceberemos que desde já a possibilidade de repetição é impossível, pois mesmo que o locutor utilize sempre os mesmos mecanismos ativados pelo aparelho fonador, sua entonação mudará diariamente, ainda que nos mínimos detalhes. O tom da voz poderá ser alterado por uma série de fatores como a distância entre o locutor e seu interlocutor, a postura do locutor ao enunciar a saudação, o prolongamento ou não de certas sílabas, entre outros. Se isso não for o suficiente para explicitar a ideia que estamos tratando e que é essencial para compreender o conceito de enunciação, diremos que a cada vez que o locutor enuncia a frase como a do exemplo dado, ele o faz em um dia diferente, em um novo momento do tempo, que é a categoria em que encontramos a singularidade que desejamos observar.

Na hipótese de o sujeito do exemplo se propor a repetir o cumprimento de “Bom dia!” a alguém, no lugar e hora habituais, esse momento será sempre novo, uma vez que a temporalidade é irrepitível. Além dos fatores extralinguísticos (que influenciam a enunciação) serem constantemente alterados, como o humor e o estado de saúde do locutor e de seu interlocutor, a intenção ao se enunciar, o clima do dia em questão, etc., a enunciação será sempre renovada, pois a cada vez que ocorre atualizam-se as categorias de pessoa, espaço e tempo. Permanece inalterada apenas a organização formal do enunciado, em que o adjetivo “bom” antecede o substantivo “dia” e em que ambos, monossílabo e dissílabo, respectivamente, são constituídos de vogais e consoantes da língua portuguesa dispostos na mesma ordem.

Benveniste (2006) em capítulo de PLG II, intitulado *A linguagem e a experiência humana* (1965), busca tratar de duas categorias fundamentais do discurso e necessariamente interligadas, as de pessoa e tempo. Para tanto, o autor inicia a descrição de dois tempos que toma como bem conhecidos por todos, o tempo físico e o tempo crônico, para só então se debruçar sobre o tempo linguístico, principal alvo de sua reflexão.

Segundo o linguista sírio, o tempo físico é esse “contínuo uniforme, infinito, *linear*, segmentável à vontade” de que todos temos conhecimento pois “ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior” (2006, p.71, grifo nosso).¹

¹ Destacamos especialmente uma característica atribuída por Benveniste ao tempo: a afirmação de que ele é linear. Como já comentado no capítulo anterior, sabemos que essa imagem sobre o tempo construída com base em uma linearidade pressuposta não é comum a todas as sociedades e culturas. Porém, como reconhecemos o fato de Benveniste e Agostinho serem, respectivamente, adeptos da tradição judaico-cristã e que essas correntes de pensamento concebem o tempo como linear, continuaremos a abordar o tempo sob esse ponto de vista, conforme os autores.

Já o tempo cronológico ou crônico é a “continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos” (BENVENISTE, 2006, p.71) e é o tempo de que tratamos mais comumente no nosso cotidiano, pois engloba nossa vida enquanto série de acontecimentos. Seja uma reunião de negócios, um jantar entre amigos ou um eclipse lunar, os acontecimentos dispõem-se em uma sequência e se inserem no tempo, determinando momentos anteriores ou posteriores à sua realização. Como explica Benveniste (2006), todas as sociedades e culturas em todas as épocas buscaram reificar o tempo crônico, e vemos isso claramente na organização dos calendários.

De acordo com Benveniste (2006), há três condições necessárias para que possamos nos orientar no tempo em relação aos acontecimentos. A primeira é a que denominamos *estativa*, em que instituímos um momento axial que fornece o ponto zero do cômputo, como um acontecimento de extrema relevância e que se admite ter dado às coisas uma nova direção. São exemplos, nesse caso, o nascimento de Cristo, o fim da Segunda Guerra Mundial, entre outros.

Estabelecemos a segunda condição, *diretiva*, quando partindo desse evento fixado em nossa mente na continuidade do tempo, dirigimos nosso olhar para momentos que o precederam ou o sucederam, enunciando-os pelos termos opostos “antes.../depois...” relativamente ao eixo de referência, conforme Benveniste (2006). Assim é quando, seguindo nosso exemplo, tratamos do período “pós-Guerra”, ou seja, dos eventos que vieram a ocorrer após o término da última Guerra Mundial e que foram, em parte, determinados por ela.

Como observadores, podemos lançar o olhar sobre esses acontecimentos e percorrê-los em duas direções, do presente ao passado ou do passado ao presente. Temos então, a possibilidade de uma consideração bidirecional sobre o tempo crônico, congelado na história, ao contrário de nossa vivência que não permite fixidez, já que nossa vida corre num único sentido (para frente), tal é a imagem recebida, como indica Benveniste (2006).

Por fim, ainda segundo Benveniste (2006), a condição *mensurativa* diz respeito à possibilidade de medir os intervalos constantes de um lado e de outro a partir do eixo de referência (o acontecimento). Fixa-se, então, um repertório de unidades de medida que servem para denominar os intervalos de fenômenos cósmicos (ex.: o “dia” como intervalo entre o aparecimento e o desaparecimento do sol em dois pontos diferentes do horizonte). Criam-se também outras unidades de medida, tanto de agrupamento (bimestre, semestre, semana, quinzena, triênio...) como de divisão (hora, minuto, segundo...).

Após descrever brevemente as características do tempo físico e do tempo crônico, Benveniste analisa cuidadosamente aquilo que considera o tempo específico da língua e que, por falta de uma designação melhor, chama de tempo linguístico. É a esse conceito que damos

enfoque em nosso trabalho, pois ele é fundamental para compreendermos como a experiência humana do tempo se manifesta pela linguagem e revela uma (inter)subjetividade que é natural à própria linguagem. Ressaltamos que Benveniste não tratou sobre o tempo somente no texto de 1965, *A linguagem e a experiência humana*, contudo, reconhecemos ser este texto o espaço onde o linguista sírio procurou esmiuçar com a devida atenção os caracteres que compõem a singularidade do tempo inscrito na linguagem. Também incluiremos em nosso estudo apontamentos sobre o tempo feitos pelo autor nos textos *Da subjetividade na linguagem* (de 1958, publicado em PLG I), *As relações de tempo no verbo francês* (de 1959, publicado em PLG I) e *O aparelho formal da enunciação* (de 1970, publicado em PLG II).

De acordo com Émile Benveniste (2006, p.74, grifos do autor), a singularidade do tempo linguístico reside no fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, de se definir e de se organizar como função do discurso, tendo seu “centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no *presente* da instância da fala”. Gerador, porque faz surgir duas outras visões sobre o tempo: retrospectiva (pretérito/passado) e prospectiva (futuro); axial, porque o presente linguístico serve como ponto de referência para nos dirigirmos a acontecimentos anteriores ou posteriores, relativamente a partir do eixo.

O presente linguístico é definido pela concomitância do acontecimento com a instância de discurso que o menciona. Desse modo, quando o acontecimento já deixou de ser simultâneo ao ato de fala, só é possível recuperá-lo pela memória através da própria enunciação e, por outro lado, se ele está por realizar-se, somente pode ser descrito por prospecção. Note-se que não há outra forma para expressar o tempo em que se está senão tomá-lo como o tempo em que se fala, pois esse é o tempo eternamente presente, afirma Benveniste (2005).

A reflexão que Benveniste propõe sobre o tempo dá destaque ao presente, que nasce unicamente através do discurso e só pode existir por meio dele. Conforme o autor,

Poder-se-ia supor que a temporalidade é um quadro inato do pensamento. Ela é produzida, na e pela enunciação. Da enunciação procede a instauração da categoria do presente, e da categoria do presente nasce a categoria do tempo. O presente é propriamente a origem do tempo. (BENVENISTE, 2006, p.85)

Não podemos instituir momentos passados ou futuros sem fazer referência a um momento presente, e não encontramos nenhum modo de definir o presente a não ser como o tempo de nossa própria enunciação. Tudo aquilo que já nos sucedeu e não é simultâneo à nossa enunciação, consideramos passado. Tudo aquilo que irá nos suceder e ainda não é contemporâneo à nossa enunciação, consideramos futuro. Assim funciona o tempo da língua.

Mas, como ele se relaciona com o tempo crônico e, conseqüentemente, com o tempo físico? Sabemos, de acordo com Benveniste (2006, p.71), que o tempo físico se une a nossa experiência pessoal na medida em que “ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável de que cada indivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior”, que é composta por acontecimentos. Entramos aí no domínio do tempo crônico, que engloba nossa própria vida enquanto sequência de acontecimentos que estão dispostos no tempo, “porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no* tempo. Tudo está no tempo, exceto o próprio tempo” (BENVENISTE, 2006, p.71, grifo do autor).

Em concordância com Benveniste (2006, p.71), “nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar”. Porém, existe a possibilidade de recuperar esses acontecimentos que têm suas raízes fixas no tempo físico/crônico e não podem dele se apartar. É através da linguagem, e somente por meio dela, que o homem é capaz de reviver a experiência dos eventos que já se sucederam. Isso só é possível, consoante a Benveniste (2005), na medida em que a linguagem reproduz a realidade, pois ela reproduz o mundo *submetendo-o à sua própria organização*.

Não dispomos ainda de um meio que nos leve de volta a momentos passados, mas somos capazes de reviver a experiência desses momentos através da linguagem que, com seu poder fundador, “instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu”, como afirma Benveniste (2005, p.27).

Uma pessoa que se sente saudosa ao lembrar de seu casamento jamais poderá reviver a cerimônia tal qual ela se configurou, mesmo que faça a renovação dos votos matrimoniais e procure fazê-la no dia e mês que aconteceu o casamento, ainda que seja no mesmo lugar, com as mesmas vestes, com os mesmos convidados, no mesmo horário, etc. Nada será igual. Os fatores extralinguísticos nunca serão os mesmos, mas acima de tudo, o tempo será sempre outro. O calendário e o relógio podem marcar numericamente o mesmo dia, o mesmo horário, mas estes não passam de unidades de medida que servem a qualquer momento em que são dispostos. Como assevera Benveniste (2006, p.73-74), essas quantidades

são denominações do tempo que não participam em nada da natureza do tempo e são, em si mesmas, vazias de toda temporalidade. Considerando sua especificidade lexical, serão assimilados aos nomes, que não possuem nenhuma propriedade das matérias que denominam.

Somos nós que atribuímos sentidos a essas medidas que por si só não coincidem com as categorias próprias da experiência humana do tempo, pelo próprio fato de serem objetivas. Em si, o calendário é atemporal em virtude de sua fixidez mesma, constata Benveniste (2006), que sustenta ser o enunciador, o sujeito que vive o tempo, o responsável por colocar as medidas sobre o espectro do passado, presente ou futuro.

Para Benveniste (2006, p.70), é natural essa confusão “que consiste em pensar que o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo ‘objetivo’, tão forte é a propensão a ver na língua o decalque da realidade”. Na verdade, em conformidade com o linguista, as línguas não oferecem senão construções diversas do real, que assumem uma complexidade tal de modo que interpretam, cada uma, o mundo a sua maneira.

Retornando ao nosso exemplo, tendo confirmado a impossibilidade de reproduzir a cerimônia do casamento que já não é mais presente, a pessoa casada pode ainda *falar* sobre o acontecimento e fazer então ressurgir os sentimentos, as emoções e pensamentos que o acompanharam. Em uma simples conversa, poderia a noiva dizer a seu interlocutor: “Você lembra do meu casamento? Como eu chorei assim que pus o vestido e logo antes de entrar na igreja!”. Tal é a potência que a linguagem possui e que é natural a si. Ela permite que o falante faça renascer pelo seu discurso a lembrança do acontecimento e a sua experiência do acontecimento, aponta Benveniste (2005). Essa retomada só ocorre quando instituído o ponto de referência central que está em EGO (aquele que diz *eu* em seu discurso), que concebe o presente e o usa para distinguir momentos anteriores e posteriores.

É graças à enunciação que o sujeito tem a possibilidade de “trazer de volta” os acontecimentos através da linguagem, de reviver a experiência de tê-los vivido, de discorrer sobre eventos já passados e de antecipar ou antever os eventos futuros. Nesse caso, quando o locutor assume o sistema da língua e o converte em discurso, consegue recuperar por meio da e somente na enunciação, momentos que em sua essência têm seu fim no instante em que se iniciam. É uma experiência humana que só se admite existir na e pela enunciação, pela força da

narrativa, sucessão de ruídozinhos vocais que se dissipam apenas emitidos, apenas percebidos; mas toda a alma se exalta com eles, as gerações os repetem e cada vez que a palavra expõe o acontecimento, cada vez o mundo recomeça. Nenhum poder se igualará jamais a esse, que faz tanto com tão pouco (BENVENISTE, 2005, p.31).

Benveniste, em sua reflexão sobre o tempo, preocupa-se ainda com uma questão: se o ato de fala é necessariamente individual, como o sujeito é capaz de se referir ao tempo sob sua perspectiva e ainda sim ser compreendido por seu interlocutor? É então que

Algo singular, muito simples e infinitamente importante se produz realizando algo que parecia logicamente impossível: a temporalidade que é minha quando ela organiza meu discurso, é aceita sem dificuldade como sua por meu interlocutor. (BENVENISTE, 2006, p.77).

Basta perceber como não ocorre confusão alguma em conversas como as que se dão entre os seguintes sujeitos evocados a título de exemplificação, mas que de modo algum fogem de nossa realidade: “Quando você vai viajar? Agora, em janeiro?” “Não, vou no início do próximo mês”. O primeiro enunciador, aquele que assume a posição do *eu* no discurso e se dirige a um *tu* (que é seu interlocutor), ao receber a resposta, não questiona indignado a que mês o seu parceiro da comunicação linguística está se referindo. Ainda que cada um meça a passagem do tempo segundo sua vida interior, ambos estão de acordo sobre a sua duração no tempo físico/crônico. Considerando que essa conversa hipotética se deu em janeiro, para quem viaja e está ansioso pelo acontecimento, fevereiro pode parecer estar bem próximo. Para quem não irá viajar e não está empolgado com a viagem, ela pode parecer ainda distante. Mesmo assim, o *eu* e o *tu* aqui mencionados localizam-se igualmente no tempo crônico: em um certo dia do mês de janeiro, que precede dezembro e antecede fevereiro. Como afirma Benveniste (2006, p.78),

um e outro se acham assim de acordo sobre a duração da onda. O tempo do discurso nem se reduz às divisões do tempo crônico nem se fecha em uma subjetividade solipsista. Ele funciona como um fator de intersubjetividade, o que de unipessoal ele deveria ter o torna onipessoal. A condição de intersubjetividade é que torna possível a comunicação linguística.

Destacamos o fato de que “as coisas designadas e organizadas pelo discurso (o locutor, sua posição, seu tempo) não podem ser identificadas senão pelos parceiros da comunicação linguística” (BENVENISTE, 2006, p.78), ou seja, toda organização pessoal-temporal-espacial está construída em função do sujeito que enuncia. Paralelamente, as visões sobre o tempo (passado, presente e futuro), também estão definidas a partir do enunciador e da instância de discurso que ele produz e somente a partir disso, pois, reiteramos, não há a possibilidade de dar vida ao momento presente senão através da enunciação. É ela a responsável por dar à luz ao momento eternamente presente, e também por desvelar momentos anteriores e posteriores a ele.

Ainda tão singular e única é a condição do tempo na linguagem que Benveniste (2005), em texto de 1959, distingue em seu estudo sobre os tempos do verbo francês dois sistemas de emprego distintos e complementares, cada um deles compreendendo uma parte dos tempos do

verbo, ambos em uso concorrente e disponíveis para cada locutor: manifestados em dois planos de enunciação diferentes, são eles o tempo do discurso e o tempo da história, que nos cabe distinguir de acordo com o mestre sírio.

Apresentaremos agora algumas diferenças entre estes dois planos de enunciação – discursivo e histórico – que não somente mostram as relações que organizam as diferentes formas temporais da língua² como evidenciam a especificidade da categoria tempo no discurso. Para Benveniste (2005, p.262), a enunciação histórica está reserva à língua escrita e caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados, tratando-se “da apresentação dos fatos sobrevividos a um certo momento do tempo, sem nenhuma intervenção do locutor na narrativa”. Como características de sua realização verifica-se que os fatos narrados devem pertencer necessariamente ao passado e devem ser usadas formas de “terceira pessoa”, excluindo-se toda forma linguística “autobiográfica”, como aponta o linguista: “o historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu : tu*”(BENVENISTE, 2005, p.262, grifos do autor).

Aqui é necessário fazer uma ressalva para não causar equívocos em nossas leituras e provocar a ilusória ideia de que seja possível existir uma enunciação desprovida de subjetividade (FLORES, 2012; apud VALÉRIO, 2015). Flores e Teixeira (2009, p.154-156) alertam para que seja adotado um ponto de vista ao abordar a teoria de Benveniste, e logo aí já é preciso tecer considerações que não se podem omitir:

Observemos que a teoria benvenistiana apresenta-se como um caso incomum na linguística, uma vez que é reconhecida a existência de uma teoria sem que o seu autor a tenha assim concebido. Benveniste não quis escrever uma teoria da enunciação. Nenhum de seus depoimentos autoriza pensar que ele se dedicava a esboçar uma teoria acabada, tal como vemos hoje em outros autores. (FLORES; TEIXEIRA. 2009, p.154)

Segundo os pesquisadores, a obra do linguista sírio não dispõe de um modelo inicial do qual ele teria feito suas análises, mas “cada texto seu encerra maneiras específicas de analisar e teorizar línguas, língua e linguagem” (FLORES; TEIXEIRA. 2009, p.154). Por isso é

² Entendemos que em seu texto Benveniste está tratando especialmente da língua francesa (compreensivelmente, já que é um autor de origem síria, mas naturalizado na França), utilizando exemplos do sistema linguístico francês para demonstrar como se configuram os dois planos da enunciação (histórica e de discurso) que são alvo de seu estudo. O conhecimento que temos de sua obra e de sua biografia nos permitiria estender a discussão presente no texto em questão para outras línguas da família linguística indo-europeia, como o português. Porém, nosso objetivo ao trazer para esta pesquisa o estudo benvenisteano sobre as relações de tempo no verbo francês é, por ora, destacar exclusivamente as características específicas que a categoria tempo assume no discurso.

necessário, ao lermos Benveniste, atentarmos às flutuações terminológicas, aos diferentes sentidos que um mesmo termo pode ter em diferentes textos produzidos em anos e contextos diferentes, dentre outros aspectos que, como dizem Flores e Teixeira, colocam problemas ao leitor (sendo o principal de ordem nocional).

Fizemos essa breve e importante observação para que pudéssemos retornar ao texto em estudo com um olhar ainda mais atento e cuidadoso. Valério (2015, p.68-71), com base na proposta de Flores para uma leitura de Benveniste que não considere os textos como contemporâneos um ao outro, chama atenção para o sentido que a palavra “enunciação” adquire ao longo de *As relações de tempo no verbo francês* (1959). Conforme aponta Valério (2015, p.70), “podemos observar que a palavra enunciação nos sintagmas adjetivados (histórica/ do discurso) deve ser compreendida como enunciado, produto e não como ato de utilização da língua”, ao contrário de em trechos como “[...] toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (BENVENISTE, 2005, p.267), em que “a palavra enunciação pode ser associada ao sentido de ato individual de apropriação da língua” (VALÉRIO, 2015, p,70), mais próximo da noção que encontramos no texto publicado onze anos depois, *O aparelho formal da enunciação* (1970).

De volta às distinções entre os dois planos de enunciação, observamos que enquanto a enunciação histórica pertence exclusivamente à língua escrita e imprime no leitor a ilusão de uma subjetividade inexistente, por calcar sua descrição nas formas de terceira pessoa, a enunciação de discurso engloba tanto a língua escrita quanto a língua falada e se assenta justamente na subjetividade do locutor para se configurar em um plano distinto do histórico. Benveniste (2005, p.267), ao tratar desse conceito, alerta que “é preciso entender discurso na sua mais ampla extensão: [como] toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo o outro”. Estamos tratando desde discursos orais, dos mais triviais aos mais ornamentados, até os discursos escritos que reproduzem ou tomam emprestadas as construções dos discursos orais. Por conseguinte,

a distinção que fazemos entre narrativa histórica e discurso não coincide, portanto, absolutamente, com a distinção entre língua escrita e língua falada. O discurso, porém, é tanto escrito como falado. Na prática, passa-se de um ao outro instantaneamente. (BENVENISTE, 2005, p.267)

O autor de *Problemas de Linguística Geral* afirma que é pela escolha dos tempos do verbo que o discurso se distingue da narrativa histórica, isso porque “o discurso emprega livremente todas as formas pessoais do verbo, tanto *eu/tu* como *ele*. Explícita ou não, a relação

de pessoa está presente em toda parte” (BENVENISTE, 2005, p.268, grifos do autor). Já na narrativa histórica a configuração da “terceira pessoa” não tem o mesmo valor que no discurso. Enquanto que no discurso, *ele* está em posição de não-pessoa, numa relação contrastiva com *eu/tu*, na narrativa histórica *ele* não é mais uma categoria em oposição ao sujeito que se enuncia no e pelo discurso, mas sim uma “ausência de pessoa”, que advém da própria isenção do narrador quanto ao ato de intervir na narrativa, como aponta Benveniste (2005, p.268), ao que completamos na sequência de seu pensamento: “igualmente, o registro dos tempos verbais é muito mais amplo no discurso: de fato todos os tempos são possíveis, salvo um, o aoristo, banido hoje desse plano de enunciação enquanto é forma típica da história”.

Por mais de uma vez, Émile Benveniste relaciona o uso fundamental do aoristo para compor a narrativa histórica com o propósito do historiador, sua intenção, seu objetivo: compor uma narrativa dos acontecimentos de modo que estes sejam apresentados como se produziram, à medida que apareceram no horizonte da história, quase como se eles narrassem a si mesmos, sem intervenção de um narrador. O linguista admite que

todo aquele que sabe escrever e empreende a narrativa de acontecimentos passados emprega espontaneamente o aoristo como tempo fundamental, quer evoque esses acontecimentos como historiador, quer os crie como romancista. (BENVENISTE, 2005, p.269)

Em contraposição a essa forma temporal – o aoristo – que é a marca da narrativa histórica, temos o perfeito, que

estabelece um laço vivo entre o acontecimento passado e o presente no qual sua evocação se dá. É o tempo daquele que relata os fatos como testemunha, como participante: é, pois, também o tempo que escolherá todo aquele que quiser fazer repercutir até nós o acontecimento referido e ligá-lo ao nosso presente. (BENVENISTE, 2005, p.270)

Assinalamos o fato de essa evocação se dar somente no presente – “este presente [que] é reinventado a cada vez que um homem fala porque é, literalmente, um momento novo, ainda não vivido” (BENVENISTE, 2006, p.75) – e unicamente através da enunciação. “Como o presente, o perfeito pertence ao sistema linguístico do discurso, pois a marca temporal do perfeito é o momento do discurso, enquanto a marca do aoristo é o momento do acontecimento”, afirma Benveniste (2005, p.270).

Quando o autor sírio se refere ao tempo verbal presente, lembremos, segundo ele,

[...] que na realidade a linguagem não dispõe senão de uma única expressão temporal, o presente, e que este, assinalado pela coincidência do acontecimento e do discurso, é por natureza implícito. Quando ele é explicitado formalmente, é por uma dessas redundâncias frequentes no uso quotidiano. Ao contrário, os tempos não-presentes, sempre explicitados na língua, a saber, o passado e o futuro, não estão no mesmo nível do tempo que o presente. (BENVENISTE, 2006, p.75)

Notamos, então, que esse presente a que se refere Benveniste não se reduz simplesmente ao tempo *verbal* do presente (por vezes redundante quando explicitado formalmente, como o próprio autor aponta): estamos falando de um tempo que emerge na instância discursiva, toda vez que o pronome *eu* aparece em um enunciado instaurando uma experiência humana e revelando o instrumento linguístico que a funda, como coloca Valério (2015). A esse tempo eternamente presente e renovado constantemente pela enunciação Benveniste já deu nome e nós aqui já o mencionamos: estamos tratando novamente do tempo linguístico.

“A língua deve, por necessidade, ordenar o tempo a partir de um eixo, e este é sempre e somente a instância de discurso”, diz Benveniste (2006, p.75). Ou seja, o tempo na língua está ordenado a partir do sujeito que enuncia, pois é ele que converte língua em discurso, que faz surgir a instância discursiva. Por meio de sua enunciação (que se dá sempre e unicamente no presente), o sujeito renova as categorias de pessoa, espaço e tempo cada vez que enuncia, especialmente esta última, pois ele se encontra sempre em um momento novo do tempo. Nas palavras do autor, “o presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso [...]” (BENVENISTE, 2006, p.85).

A noção de tempo é sobretudo uma categoria linguística em Benveniste (2006, p.85, grifo nosso), pois para ele o tempo

é esta presença no mundo que somente o ato de enunciação torna possível, porque, *é necessário refletir bem sobre isso*, o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o ‘agora’ e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo.

A experiência humana do tempo se dá na e pela linguagem e é a tal ponto distinta que adquire sua própria singularidade no discurso, como buscamos demonstrar ao distinguir acima o tempo histórico do tempo de discurso. Percebemos como a enunciação histórica (que é a narrativa dos acontecimentos passados) é construída com vistas a apagar as marcas formais do sujeito que enuncia, utilizando de formas verbais de terceira pessoa, reservadas à língua escrita (como o aoristo, o imperfeito, o mais-que-perfeito e o prospectivo); por outro lado, a enunciação de discurso abrange tanto a língua falada quanto a língua escrita, em que todos os tempos são

possíveis (salvo o aoristo, que introduzido no discurso parecerá pedante, livresco). A marca da enunciação de discurso é o perfeito, que advém do próprio fundamento da subjetividade, que está no sujeito, pois a marca temporal do perfeito é o momento do discurso (BENVENISTE, 2005).

Consoante a Valério (2015, p.77), “é a enunciação que cria o ‘aqui-agora’ da enunciação”. Por trás de toda enunciação há um sujeito que se enuncia, se referindo a ele mesmo como *eu* em seu discurso. A cada vez que ele o faz, atualiza as categorias de pessoa, espaço e tempo. Dentro da reflexão benvenistiana sobre a enunciação, demos destaque a categoria tempo, por encontrarmos nela aspectos singulares que devem ser relevados e necessitam ser aprofundados e que por isso mesmo merecem nossa atenção, tornando-se objeto de nossos estudos enunciativos sobre a língua e linguagem. Tendo em mente que, de acordo com Benveniste (2006, p.86), “a enunciação é diretamente responsável por certas classes de signos que ela promove literalmente à existência” e que há uma distinção entre “as entidades que têm na língua seu estatuto pleno e permanente e aquelas que, emanando da enunciação, não existem senão na rede de ‘indivíduos’ que a enunciação cria e em relação ao ‘aqui-agora’ do locutor”, fizemos notar como as formas da língua que expressam o tempo nascem do ato de enunciação e têm seu centro no sujeito que enuncia, naquele que fala. É por meio de sua fala que o sujeito toma a si mesmo como centro espacial-temporal em seu próprio discurso e define momentos passados, presentes e futuros, relativamente à concomitância ou não-concomitância dos acontecimentos descritos com o ato de fala que os descreve. Compreendemos que esse ato só pode ocorrer em um único tempo, o presente, e que este é por natureza implícito. Este presente se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente e engendrando momentos anteriores ao discurso que devem ser recuperados pela memória na descrição, e momentos posteriores que só podem se realizar enquanto prospecção, sem absoluta certeza. A essa instância temporal que surge somente através da enunciação e que é própria ao discurso, tendo seu centro no presente da instância da fala, damos o nome de tempo linguístico. Ele se distingue de todos os outros conceitos de tempo, justamente por ser um tempo inerente à língua, ao qual Benveniste descreveu e analisou com primazia em seus textos, revelando a condição única que a categoria tempo assume na e pela língua/linguagem.

Tendo visto o tratamento que o linguista sírio dá à categoria tempo na linguagem, veremos no capítulo seguinte o tempo sob outro ponto de vista, como fundamentalmente relacionado ao espaço, de acordo com Mikhail Bakhtin.

4 O TEMPO EM MIKHAIL BAKHTIN

Nascido em Orel, pequena cidade ao sul de Moscou, em 1895, Mikhail Mikhailovitch Bakhtin foi um filósofo destacado pela originalidade e abrangência de seus estudos sobre a linguagem, sempre adotados sob uma perspectiva filosófica. Tal como Benveniste, Bakhtin

não produziu nenhuma sùmula de sua teoria, onde se encontram todos os conceitos acabados e bem definidos. Ao contrário, ao longo de sua vida foi desenvolvendo um projeto intelectual, que perseguiu com tenacidade, e foi trabalhando as noções que criava, refinando-as, modificando-as. (FIORIN, 2016b, p.7)

Desse modo, a leitura de seus textos é considerada complexa por diversas razões, como a polêmica em relação à autoria, a tradução indireta do russo, a chegada tardia de suas obras no Brasil e a amplitude de referências que serviram de base para a construção de suas reflexões, apenas para citar algumas. Por meio de um recorte feito na vasta literatura bakhtiniana, tomaremos conhecimento quanto à noção de cronotopo, buscando descrever a especificidade dessa teoria sobre o tempo em relação às outras já analisadas aqui. Trabalharemos com o terceiro capítulo da parte *O romance de educação e sua importância na história do realismo*, que consta em *Estética da Criação Verbal*, respectivamente, *O tempo e o espaço nas obras de Goethe*. Nosso recorte se justifica na medida em que precisamos delimitar, no espaço desta monografia, a abrangência de nosso estudo sobre o cronotopo.

Segundo Flores et al. (2009, p.71), o cronotopo pode ser entendido como a “ligação intrínseca de relações espaciais e temporais artisticamente representadas na narrativa literária”, mas também aplicáveis à vida cotidiana e à outras áreas da cultura. Através do estudo e análise do cronotopo é possível compreender as visões de mundo de diferentes culturas e sociedades, considerando que “as pessoas organizam o universo de sua experiência imediata com imagens do mundo, criadas a partir das categorias de tempo e espaço, que são inseparáveis” (FIORIN, 2016b, p.144).

Esse conceito criado pelo filósofo russo a partir das palavras gregas *crónos* (tempo) e *topos* (espaço) – do que resulta o entendimento de cronotopo como tempo-espaço – tem como princípio condutor o tempo, e, como sendo uma categoria conteudístico-formal, é representado (e analisado) nos textos, principalmente os literários, afirma Fiorin (2016b). À vista disso, o que Bakhtin tem de singular em sua análise dos vestígios do tempo na língua/linguagem, é o fato de o seu olhar repousar especialmente sobre o texto literário, em que se revelam “os

cronotopos de épocas passadas e, por conseguinte, a representação do mundo que tinha a sociedade em que eles surgiram” (FIORIN, 2016b, p.145).

Amorim (2006, p.102-103), ao comentar o tratamento dado por Bakhtin ao cronotopo em seus textos, afirma que ele

deixa claro que deseja saber, em cada época da história do romance, como o problema do tempo é tratado ou qual é a concepção de tempo que vigora. A concepção de tempo traz consigo uma concepção de homem e, assim, a cada nova temporalidade, corresponde um novo homem. Parte, portanto, do tempo para identificar o ponto em que este se articula com o espaço e forma com ele uma unidade.

Isso posto, podemos começar a entender o motivo de Bakhtin abordar o cronotopo em seus estudos exclusivamente através da análise do texto literário (do romance), na obra de escritores como o francês François Rabelais (autor de *Gargântua e Pantagruel*) e o alemão Johann Wolfgang Von Goethe (autor de *Fausto*, *Os sofrimentos do jovem Werther*, *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister*, entre outros). É na literatura deste último que Bakhtin encontra uma forma excepcional de visão do cronotopo. Nas palavras do filósofo da linguagem:

[Goethe] tinha um olhar excepcionalmente agudo para todos os indícios visíveis de tempo da vida humana – do tempo do viver cotidiano, mensurável pelo sol e pela ordem rotineira do dia humano, do tempo da vida humana em sua totalidade –, as idades e as épocas de formação do homem. (BAKHTIN, 2011, p.232).

Mikhail Bakhtin (2011) procura em *O tempo e o espaço nas obras de Goethe* abordar apenas alguns traços e particularidades do sentido de tempo em Goethe para elucidar as considerações feitas sobre o cronotopo e a assimilação do tempo na literatura. A ideia fundamental de que trata o filósofo é a capacidade de vermos o tempo, de lermos o tempo no todo espacial do mundo e de vermos o espaço não como estático e acabado, mas como um todo em formação, um acontecimento. “É a capacidade de ler os *indícios do curso do tempo* em tudo, começando pela natureza e terminando pelas regras e ideias humanas (até conceitos abstratos)”, diz Bakhtin (2011, p.225, grifos do autor).

Segundo Bakhtin (2011), o tempo se revela acima de tudo na natureza, e, numa relação indissolúvel com os respectivos momentos da vida humana, dos costumes, da atividade (trabalho), constitui-se como tempo cíclico: diariamente o galo canta e desperta os trabalhadores de um vilarejo; a cada ano as folhas tingem-se em tons amarelos, vermelhos, laranjas e marrons antes de cair e anunciam o outono; a cada vez que o sol se põe no horizonte

sabemos que a noite se aproxima e que com ela tornam-se visíveis a lua e as estrelas, etc. São esses elementos naturais que se contrapõem àqueles criados unicamente pelo homem, através de sua ação no mundo (espaço), em determinado tempo (histórico). De acordo com Bakhtin (2011, p.225), “[...] são vestígios visíveis da criação do homem, vestígios de suas mãos e da sua inteligência: cidades, ruas, casas, obras de arte, técnicas, organizações sociais, etc.”. Com base nesses elementos, Bakhtin (2011) afirma que o artista é capaz de interpretar as intenções mais complexas dos homens, das gerações, das épocas, das nações, dos grupos e classes sociais, em um exercício que combina o trabalho do olho que vê com os mais complexos processos de pensamento.

“Um dos pontos culminantes da visão do tempo histórico na literatura universal foi atingido por Goethe”, diz Bakhtin (2011, p.226), que começa a analisar então como “na obra desse autor, tempo e espaço são indissolúveis e concretos – um lugar geográfico preciso corresponde a um acontecimento histórico trabalhado pelo homem” (AMORIM, 2006, p.112). É no espaço que estão visíveis as marcas concretas da ação do tempo e da ação do homem no tempo. Podemos, a título de exemplificação, evocar a imagem que nos é mais próxima cultural e regionalmente, a das ruínas de São Miguel das Missões, que representam diversos acontecimentos, como a exploração e catequização dos índios guaranis por padres jesuítas. É no espaço geográfico da redução jesuítica guarani de São Miguel Arcanjo (séc. XVII/XVIII) que encontramos os rastros concretos da ação humana que seu deu em determinado tempo (e, conseqüentemente, em determinado espaço). Visitamos a igreja secular, construída com tijolos e pedras que foram produzidos e moldados tantos séculos antes pelas mãos de homens que hoje já estão mortos e de alguns restam somente os ossos. Podemos pisar no mesmo chão sobre o qual pisaram padres e índios, podemos ver o sino que badalava vivamente sobre a torre da igreja, podemos andar por entre as salas onde ocorreram batismos, onde foram celebradas missas. Contudo, a ação do tempo se sobrepõe à ação do homem no tempo (ou a ela se une e a potencializa, como explicaremos a seguir) pois, apesar de os elementos concretos da produção humana resistirem à passagem do tempo, eles não foram e não são imunes ao que os anos com eles fizeram. Do chão original, restaram apenas alguns pedaços, corroídos pelas intempéries; o sino que regulava o que Bakhtin chama de tempo da vida cotidiana, agora repousa silencioso em um museu; o teto e a parede dos recintos já não existem mais, pois ruíram e se perderam. É assim que vemos a ação do tempo naquilo que o homem construiu, como quando os telhados e o pórtico de entrada da igreja desabaram após serem atingidos por um raio. No caso, a ação do homem e do tempo se uniram quando, após o saque às Missões em 1828, a estrutura foi abandonada por mais de um século, o que permitiu que a vegetação crescesse e se transformasse

em grandes árvores nas paredes e no interior da nave da igreja, informa o IPHAN (2018). Ainda segundo o instituto, “as estruturas passaram a ser esburacadas pela ação de aventureiros em busca do ‘tesouro dos jesuítas’” (IPHAN, 2018). Mesmo assim, as ruínas ainda permanecem entre nós, abertas à visitação; são elas hoje a “prova viva” da possibilidade de o presente carregar em si as marcas do passado, como aponta Bakhtin.

No entanto, Bakhtin (2011) nos mostra que Goethe não gostava nem um pouco desses “fantasmas” do passado insulado que relação nenhuma mantém com o presente. Poderíamos imaginar, então, retomando a imagem que anima o nosso exemplo, que seguindo as ideias de Goethe a igreja de pedra que encontramos em São Miguel das Missões seria uma ruína morta, desprovida de qualquer vínculo essencial com a atualidade viva ao redor e de qualquer influência sobre ela. Bakhtin assevera que

Goethe não gostava de tais “ruínas”, desses invólucros externos de museu e antiquário do passado nu, denominava-os fantasmas (*Gespenster*), afastava-os de si. Como um corpo estranho, eles invadiam o presente, no qual eram incompreensíveis e inúteis. Ele nutria profunda aversão à miscelânea mecânica do presente com o passado, desprovida de autêntica vinculação dos tempos. Por isso, detestava tanto aquelas ociosas lembranças históricas a respeito de lugares históricos a que costumam entregar-se os turistas que visitam tais lugares, detestava os relatos de judeus em que algum acontecimento histórico teria ocorrido outrora. Tudo isso eram fantasmas desprovidos de uma relação *necessária* e visível com a viva realidade circundante. (BAKHTIN, 2011, p.234, grifos do autor)

Salientamos: as ruínas tratadas no texto de Bakhtin e que Goethe desaprovava não eram exatamente as mesmas de nosso exemplo, as de São Miguel das Missões. Estas foram evocadas apenas com o propósito de facilitar nossa compreensão acerca dos conceitos abordados no texto bakhtiniano que se fundamenta em Goethe. O autor alemão mantinha aversão “[...] ao passado *insulado*, ao passado em si e para si, àquele passado que tanto encantava precisamente os românticos” (BAKHTIN, 2011, p.236, grifos do autor) e por isso acreditamos que as ruínas das reduções jesuíticas serviriam aqui como um bom exemplo.

Bakhtin (2011) conta que Goethe, em viagem à Sicília, proibiu que o guia turístico discorresse sobre as batalhas e façanhas que outrora Aníbal havia cometido no exuberante e fértil vale em que se encontravam. O filósofo concorda com a atitude do escritor alemão ao questionar, “de fato, que ligação criadora e necessária (historicamente produtiva) podia haver entre esses campos arados e a fertilidade que atravessava de ponta a ponta e a lembrança dos elefantes e cavalos de Aníbal que os haviam pisado?” (BAKHTIN, 2011, p.234).

Foi então que Goethe se deteve a examinar umas pedrinhas na beira do rio próximo, pois, segundo ele, essa era a forma mais rápida de conhecer a configuração de uma região montanhosa: pelos tipos de rochas arrastadas pelos riachos. Bakhtin (2011, p.235, grifos do autor) explica que

Ele [Goethe] quer ver *os laços necessários* desse passado com o presente vivo, compreender o *lugar necessário* desse passado na *série contínua do desenvolvimento histórico*. Para ele, um fragmento do passado isolado, insulado é um “fantasma”, profundamente detestável e até terrível. Por isso ele contrapunha a esses “fantasmas” desaparecidos fragmentos de pedras na margem daquele riacho, porque desses fragmentos era possível criar uma noção integral sobre o caráter de toda região montanhosa e o passado necessário da terra. Para ele está claro todo esse longo processo, do qual resultou que esses fragmentos apareceram necessariamente ali e agora, na margem do riacho; está clara a sua natureza, a sua idade geológica, está claro o seu lugar no desenvolvimento contínuo da terra. Já não há mistura mecânica do passado com o presente: para tudo há o seu lugar *sólido e necessário* no *tempo*.

Goethe viu mostras do passado eficaz no presente não somente nas pedras do rio siciliano, mas também especialmente em uma viagem a Pirmont, em uma estrada que passava pelo vilarejo de Einbeck. Este é um exemplo, segundo Bakhtin (2011), de aplicação casual da perspicácia histórica própria do olhar de Goethe:

[Em sua viagem a Einbeck] o olhar de Goethe logo percebe que cerca de trinta anos antes essa cidade tivera um excelente prefeito [...].
O que ele terá visto de especial? Viu muito verde, muitas árvores, percebeu seu caráter não usual, notou nelas um *vestígio de uma vontade humana* única *que agia de modo planejado*, e pela *idade* das árvores, que ele definiu aproximadamente de vista, percebeu o tempo em que essa vontade ativa foi realizada de forma planejada. (BAKHTIN, 2011, p.233, grifos do autor)

Somos levados a pensar que Goethe viu algo comum para a maioria e que por isso mesmo escapa ao nosso olhar, mas não ao dele; Bakhtin (2011, p.231) assegura que “Goethe tinha um olhar refinado para todos os indícios e sinais visíveis [do tempo] na natureza”. O escritor viu, muito provavelmente, como as árvores já com certa idade, crescidas, altas e robustas, estavam dispostas de maneira não usual, de forma que desafia a arbitrariedade da própria natureza. Sua organização no espaço e semelhança etária (que implicaria terem sido plantadas na mesma época) o fez crer que isso só poderia ter sido fruto da ação humana, previamente planejada. Atribuiu a decisão de plantar aquelas árvores ao prefeito da cidade e calculou, pela idade delas, há quanto tempo atrás essa atitude humana teria sido tomada. Foi

assim que Goethe viu o tempo no espaço, indissociáveis, pois o espaço está saturado de tempo, que o preenche e o modifica. Assim,

Esse passado – os prazeres planejados – continua a viver de maneira eficaz no presente (neste caso, no sentido literal, uma vez que as árvores plantadas ainda estão vivas e continuam a crescer, determinam o presente, criando certa fisionomia para o vilarejo de Einbeck e influenciando o seu futuro, evidentemente, nas mesmas proporções microscópicas). (BAKHTIN, 2011, p.236)

Bakhtin nos mostra que para Goethe há uma fusão do passado com o presente quando vemos no espaço a plenitude do tempo. As ruínas do que foi outrora uma igreja como no nosso exemplo, atualmente não participam do presente; estão “mortas” e também não influenciam o futuro. Por outro lado, as árvores plantadas em Einbeck fizeram parte de um projeto a longo prazo; elas cresceram com o passar dos anos e recontextualizaram a paisagem do vilarejo, se alteraram a cada estação e continuaram a interferir no espaço mesmo após a visita de Goethe. Percebemos aí, de acordo com Bakhtin (2011, p.238, grifos do autor)

[...] os elementos da *relação essencial* do passado com o presente, o elemento da *necessidade* do passado e da necessidade do seu lugar na linha do desenvolvimento contínuo, o elemento da *eficácia criadora* do passado e, por último, o elemento do vínculo do passado e do presente com o futuro necessário.

E isso Goethe faz notar através das descrições que compõem a sua literatura. Bakhtin (2011) afirma que a necessidade era o centro organizador do sentido goethiano de tempo, já que o autor alemão queria estender e ligar o presente, o passado e o futuro pelo círculo da necessidade visível, concreta, material, mas material-criadora, uma necessidade histórica.

Lembrando parte de nosso intento, que é o de desvendar as singularidades da teoria sobre o tempo de cada autor, já podemos destacar a especificidade da teoria bakhtiniana que nos salta aos olhos: o fato de o filósofo da linguagem, por meio de suas análises de obras literárias (no caso, as de Goethe), considerar como inseparável o tempo do acontecimento e o lugar concreto de sua realização, ou seja, tomar como indissolúvel a relação entre tempo e espaço. De acordo com Amorim (2011, p.112), Bakhtin propõe, portanto, “a existência de uma maior ou menor capacidade do texto ou do autor de revelar a indissolubilidade entre a geografia (ou topologia) e a história (ou a temporalidade)”. Bakhtin (2011) aponta em Goethe uma visão e pensamento de natureza excepcionalmente cronotópica, em que o autor via as coisas no tempo e no poder do tempo:

Contudo, o poder desse tempo é um poder eficaz-criador. Tudo – desde a ideia mais abstrata até o fragmento de uma pedra à beira de um riacho – leva em si a marca do tempo, está saturado de tempo e nele ganha a sua forma e o seu sentido. Por isso tudo é intensivo no mundo de Goethe: nele não há lugares mortos, imóveis, paralisados, não existe fundo imutável, não existe decoração nem ambiente que não participe da ação e da formação (nos acontecimentos). Por outro lado, em todos os seus momentos essenciais esse tempo está localizado em um espaço concreto, marcado nele; no mundo de Goethe não há acontecimentos, enredos, motivos temporais que sejam indiferentes a um determinado lugar no espaço da realização, que possam realizar-se em toda parte e em lugar algum (os “eternos” enredos e motivos). Tudo nesse mundo é *tempo-espaço, cronótopo* autêntico. (BAKHTIN, 2011, p.245, grifos do autor)

O filósofo leitor de Goethe indica que o autor de obras como *Os anos de aprendizado de Wilhelm Meister* “via com aversão as palavras que não tinham por trás uma experiência propriamente *visível*” (BAKHTIN, 2011, p.227, grifo do autor). Para Goethe o invisível não existia; assim ele tornava visíveis os conceitos e ideias mais complexos por meio de representações, desenhos esquemáticos ou simbólicos, de um modelo ou figura adequada ou mais precisamente, pela palavra, compatível com a visibilidade mais precisa (BAKHTIN, 2011).

Bakhtin remete a um trecho de *Viagem à Itália*, em que Goethe diz que Veneza deixou de ser apenas uma palavra, um nome vazio, quando ele a visitou. Seria essa a propensão de ver na língua o decalque da realidade a que Benveniste se referiu quando tratando da confusão de se pensar que o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo objetivo, no sentido de que a estrutura da língua reproduz objetivamente a realidade que descreve? Pensamos que não, uma vez que a visibilidade que Goethe busca trazer aos seus textos diz mais respeito à uma imagem mental significativa de um espaço concreto onde se dão os acontecimentos, advinda da leitura do texto, do que a uma necessária relação estrutural entre a palavra e o que ela representa. Desse modo, um acontecimento que surge na narrativa literária poderia e precisava estar fundamentalmente vinculado a um espaço, necessitava ser visível devido às suas próprias condições concretas de realização. Segundo Bakhtin (2011, p.240, grifo do autor):

Goethe não pode nem quer ver e pensar nenhuma região, nenhuma paisagem natural como abstraída em prol de sua, por assim dizer, naturalidade autossuficiente; elas devem ser iluminadas pela atividade humana e pelos acontecimentos históricos; um pedaço de espaço terrestre deve ser incluído na

história da humanidade, fora da qual ele é morto e incompreensível e com ele não há nada a fazer. Por outro lado, porém, tampouco há nada a fazer com uma lembrança histórica abstrata se ela não fora localizada no espaço terrestre, se não for compreendida (nem visível) a *necessidade* da sua realização em um tempo determinado e em um espaço determinado.

Mikhail Bakhtin traz à tona um dos conceitos-chave de sua ampla teoria filosófica-linguística na análise da obra do escritor alemão Johann Goethe: o cronotopo, conceito que, segundo Amorim (2011, p.105), trata de uma produção da história e “designa um lugar coletivo, espécie de matriz espaço-temporal de onde as várias histórias se contam ou se escrevem”. A habilidade de ver o tempo no espaço, em sua completude devido ao passado eficaz no presente e influenciador do futuro, foi bem utilizada por Goethe em seus livros, é o que nos permite afirmar a leitura de Bakhtin. Interessa-nos destacar que o filósofo parte do estudo do texto literário para fazer notar como se configura o cronotopo em diversos tipos de romance. Reconhecemos que o conceito não se restringe à literatura, mas encontra nela seu lugar por excelência. É essa uma visão distinta de como o tempo se manifesta pela linguagem: indissociavelmente ligado ao espaço e como espelho das concepções de mundo e de homem que o envolvem.

Veremos no capítulo subsequente como se relacionam essas distintas visões sobre o tempo, de acordo com cada autor, e como tais visões podem aprimorar nossa percepção sobre a experiência humana do tempo na linguagem.

5 AGOSTINHO, BENVENISTE E BAKHTIN: APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS TEÓRICOS

Uma vez descritas e analisadas as teorias sobre o tempo de Agostinho, Benveniste e Bakhtin, de acordo com os recortes teórico-metodológicos aplicados, podemos fazer notar as possíveis relações que surgem entre elas. Intentamos reconhecer os pontos de divergência que singularizam as reflexões de cada autor, bem como os pontos de convergência, que nos permitem aproximar os seus estudos sob um só escopo: o do tempo. Nossa descrição da natureza das relações entre as teorias abordadas nos capítulos anteriores se dará em dois momentos: 1) aproximações; 2) afastamentos; como será feito em seguida.

5.1 Aproximações

Em um primeiro momento, procuramos mapear alguns pontos de convergência entre as teorias alvo de nosso estudo. É correto afirmar que existe uma multiplicidade de teorias sobre o tempo, cada uma adotada sob um ponto de vista diferente e, conseqüentemente, talhando o objeto de estudo (o tempo), conforme as abordagens e métodos utilizados para desenvolver essa reflexão. Estudiosos de diferentes áreas do conhecimento alimentam a vasta literatura sobre o tempo. Seja sob o olhar lógico-matemático da Física, seja pelo viés da subjetividade de acordo com a Psicologia, ou ainda pela ótica humana e social da Antropologia e da Sociologia, entre outros, o tempo é um assunto que se alastra pelos campos do saber humano. É este assunto que assombra a humanidade desde muito antes de Agostinho, que se estende passando por Benveniste e Bakhtin, chega até nossa pesquisa e continuará sendo tema de nossas conversas, discussões e estudos muito além de nossa atualidade.

Apesar da dificuldade de precisar, conhecer e definir o tempo e sua natureza, cada teoria contribui para que nos aprofundemos sobre o assunto e nos apropriemos dessa matéria que engloba a tudo e a todos. Justamente por serem diferentes, únicas em sua concepção, seríamos levados a pensar que diferentes teorias não têm semelhanças entre si. Pelo contrário, elas apresentam características comuns. É com o intuito de evidenciar especialmente essas características que agora voltamos nosso olhar novamente às teorias de Agostinho, Benveniste e Bakhtin, desta vez em conjunto.

O primeiro aspecto parece ser o mais evidente, mas nem por isso é o menos importante: os três autores tratam sobre o tempo, ainda que cada um à sua maneira. São diferentes os lugares

de fala de cada teórico, assim como suas perspectivas; enquanto Benveniste se debruça sobre o tempo a partir da perspectiva linguística, Agostinho e Bakhtin o estudam sob a égide filosófica.

Percebemos que Agostinho e Bakhtin estão distantes um do outro, tanto teoricamente, quanto temporalmente. O primeiro foi um filósofo cristão africano nascido em 354 a.C. e que escreveu *As Confissões* de 397 a 398 a.C., segundo cronologia de Pessanha (1980) que consta na edição consultada da referida obra. O segundo foi um filósofo da linguagem russo nascido em 1895 e que escreveu os textos de *Estética da criação verbal* (obra póstuma publicada em 1979) ao longo de sua vida, que findou em 1975. Entretanto, podemos aproximar o pensamento dos dois autores pelo campo em que se inserem, o da filosofia. Ainda que suas abordagens sejam diferentes (e isso procuraremos destacar na sequência), vimos como elas não se restringem ao estudo estrito do texto e do discurso, mas revelam as visões de mundo, de homem, de realidade, de sociedade, de cultura e de tempo, desses pensadores.

Analisando agora o tratamento dado à categoria tempo nas reflexões dos autores, percebemos como estão próximas as ideias de Benveniste e de Agostinho quanto às características do chamado tempo físico do mundo. Agostinho faz surgir em *O homem e o tempo*, a imagem de que o tempo não é algo imóvel, pois isso seria eternidade, fixidez duradoura que é Deus:

Na eternidade, ao contrário, nada passa, tudo é presente, ao passo que o tempo nunca é todo presente. Esse tal [sujeito que se esforça para entender a natureza divina] verá que o passado é impelido pelo futuro e que todo futuro está precedido dum passado, e todo o passado e futuro são criados e dimanam d'Aquele que sempre é presente [Deus]. (AGOSTINHO, 1980, p.216).

Tratando sobre aquele que indaga o que faria Deus antes de criar o mundo, Agostinho (1980, p.216) questiona quem poderia prender e fixar seu pensamento que “ainda volita [gira] ao redor das ideias da sucessão dos tempos passados e futuros, e por isso tudo o que excogita [descobre] é vão”, “para que pare um momento e arrebate um pouco do esplendor da *eternidade perpetuamente imutável*, para que veja como a eternidade é incomparável, se a confronta com *o tempo, que nunca para?*” (AGOSTINHO, 1980, p.216, grifos nossos). Somos levados a pensar, com base em suas ideias, que o tempo se dirige para a frente, mesmo trazendo consigo, como vimos em Bakhtin, evidências do passado.

Essa imagem de sucessão dos acontecimentos no tempo tem seu lugar de apreensão: na mente, o que para o linguista sírio e o filósofo africano pode ser interpretado por diferentes termos. Benveniste (2006, p.85-86, grifos nossos), ao tratar da categoria linguística do tempo em *O aparelho formal da enunciação* (1970), diz:

O presente formal não faz senão explicitar o presente inerente à enunciação, que se renova a cada produção de discurso, e a partir deste presente contínuo, coextensivo à nossa própria presença, *imprime na consciência o sentimento de uma continuidade* que denominamos “tempo”; continuidade e temporalidade que se engendram no presente incessante da enunciação, que é o presente do próprio ser e que se delimita, por referência interna, entre o que vai se tornar presente e o que já não o é mais.

Ao passo que Agostinho (1980, p.228, grifos nossos), ao tratar da medida dos tempos, afirma:

Em ti, ó meu espírito, meço os tempos! Não queiras atormentar-me, pois assim é. Não te perturbes com os tumultos das tuas emoções. Em ti, repito, meço os tempos. Meço a impressão que as coisas gravam em ti à sua passagem, impressão que permanece, ainda depois de elas terem passado. Meço-a a ela enquanto é presente, e não àquelas coisas que se sucederam para a impressão ser produzida. É a essa impressão ou percepção que eu meço, quando meço os tempos. Portanto, ou esta impressão é os tempos ou eu não meço os tempos.

Benveniste fala de “consciência”, Agostinho de “espírito”. Não obstante, compreendemos sobre o que os dois estão tratando. Nos trechos destacados, os autores discutem a visão psicológica do tempo, que diz respeito ao modo como apreendemos a passagem dos acontecimentos que representariam para nós o próprio tempo, se corroborarmos a suposição de Agostinho. Percebemos, no mesmo trecho grifado, uma característica do pensamento agostiniano semelhante ao que encontramos em Bakhtin: a possibilidade de ver no presente os vestígios do passado, ainda que para o autor russo essa visão diga mais respeito a algo concreto (como a natureza e a arquitetura), visto que Agostinho trata de uma impressão psicológica dos acontecimentos passados (revelada pela memória).

Em Benveniste e Agostinho, as visões do tempo físico como móvel, infinito e linear parecem andar lado a lado, porém há aqui uma peculiaridade que já mencionamos nos dois primeiros capítulos e agora iremos reforçar.

Com base na leitura de Benveniste e de outros artigos e estudos sobre língua e linguagem, assim como debates com colegas pesquisadores da área, lançamos aqui uma hipótese que nesta monografia nos eximimos de comprovar, em razão de que o tema, devido à sua amplitude, requer maior tempo e espaço para que aprofundemos a discussão. Acreditamos não estarmos incorrendo em displicência neste ponto, visto que a ciência muitas vezes se trata mais sobre fazer perguntas do que necessariamente responder a todas elas. A questão é a seguinte: sabendo que diferentes línguas interpretam a realidade de formas diferentes, estaria o

tempo – ou melhor, a percepção do tempo – sujeito a se alterar conforme o sistema linguístico de cada sujeito, de cada falante? E, por conseguinte, em que medida e em que pontos estaria alterada essa visão?

Sendo assim, quando constatamos que Benveniste e Agostinho, em seus textos, tratam o tempo físico como infinito e linear, seria essa uma configuração temporal irrefutável, universalmente reconhecida? Ou seria apenas um ponto de vista comum que advém do fato de ambos, Benveniste e Agostinho, respectivamente, serem oriundos da tradição judaico-cristã, que vê o tempo como linear e irreversível? Ou ainda: seria essa uma visão decorrente da língua francesa e latina, em que foram escritos originalmente os textos aqui estudados (os de Benveniste em francês e os de Agostinho em latim)? A causa dessa semelhança não podemos afirmar, pois nos falta o conhecimento (talvez humanamente inatingível) de como concebem o tempo físico todas as outras línguas naturais do mundo. O que sabemos, neste momento, é que ambos, linguista e filósofo, mantêm semelhante visão quanto ao tempo físico do mundo, que estão de acordo quanto à sua linearidade e irrepetibilidade.

Prosseguindo em nossa comparação das teorias sobre o tempo de Agostinho, Benveniste e Bakhtin, percebemos como os três trazem em seus textos discussões sobre o tempo metafísico e o tempo astrológico, refutando a ideia de que o movimento dos astros estaria direta e incontestavelmente ligado à duração de períodos como o dia, a noite, o mês, o ano, etc. Estes são, antes de tudo, formas convencionais de medir a duração desses acontecimentos, variáveis conforme diferentes épocas, regiões, sociedades e culturas.

Benveniste e Agostinho teorizam sobre passado, presente e futuro e dão notória relevância ao presente, como tempo primeiro, único e fundador, pois não há como falar sobre tempos passados e futuros sem primeiramente falarmos sobre o presente, a origem do próprio tempo, como diz Benveniste (2006). Ainda, é o presente que faz existir o passado e o futuro, pois o passado foi uma vez presente e o futuro ainda será presente; esses dois tempos, relativamente anteriores e posteriores, se definem em referência à linha de separação, que é sempre o presente (BENVENISTE, 2006).

Em sequência, verifica-se em Agostinho e em Benveniste, que para ambos a única forma de recuperar acontecimentos passados é através de sua descrição. É a linguagem que permite ao homem reviver a experiência de ter vivido os eventos passados. Note-se: não é possível revivê-los tal qual eles uma vez ocorreram, pois o próprio exercício da retomada se dá em outro momento do/no tempo, sempre novo e ainda não vivido. É comum na teoria desses autores também a ideia de que a evocação do passado se dá pela memória, como verificamos nos seguintes trechos.

Ainda que se narrem os acontecimentos verídicos já passados, a memória relata, não os próprios acontecimentos que já decorreram mas sim as palavras concebidas pelas imagens daqueles fatos, os quais, ao passarem pelos sentidos, gravaram no espírito uma série de vestígios. Por conseguinte, a minha infância, que já não existe presentemente, existe no passado que já não é. Porém a sua imagem, quando a evoco e se torna objeto de alguma descrição, vejo-a no tempo presente, porque ainda está na minha memória. (AGOSTINHO, 1980, p.220)

O presente linguístico é o fundamento das oposições temporais da língua. Este presente que se desloca com a progressão do discurso, permanecendo presente, constitui a linha de separação entre dois outros momentos engendrados por ele e que são igualmente inerentes ao exercício da fala: o momento em que o acontecimento não é mais contemporâneo do discurso, deixa de ser presente e deve ser evocado pela memória, e o momento em que o acontecimento não é ainda presente, virá a sê-lo e se manifesta em prospecção. (BENVENISTE, 2006, p.75)

Usamos ainda a mesma citação de Benveniste para indicar a proximidade de seu pensamento com o de Agostinho em relação ao tempo futuro, que só pode realizar-se enquanto prospecção, ao passo que, quando essa predição ocorre, o futuro já é efetivamente presente. Conforme Agostinho (1980, p.221), “[...] as coisas futuras ainda não existem; e se ainda não existem, não existem presentemente. De modo algum podem ser vistas, se não existem. Mas podem ser prognosticadas pelas coisas presentes que já existem e se deixam observar”.

O mais próximo que Bakhtin chega dessa ideia em seu estudo sobre o tempo e o espaço nas obras de Goethe é quando traz o exemplo do autor alemão no vilarejo de Einbeck (quando Goethe viu a vontade planejada do prefeito em plantar as árvores da cidade) quanto à possibilidade de prever o futuro justamente pelo presente que já se deixa observar:

Esse passado – os prazeres planejados – continua a viver de maneira eficaz no presente (neste caso, no sentido literal, uma vez que as árvores plantadas ainda estão vivas e continuam a crescer, determinam o presente, criando certa fisionomia para o vilarejo de Einbeck e influenciando o seu futuro, evidentemente, nas mesmas proporções microscópicas). (BAKHTIN, 2011, p.235-236).

Como o futuro só se manifesta no presente através da linguagem e somente como *possibilidade*, nunca como *certeza* (pois não existem seguramente os fatos que ainda não ocorreram), podemos reafirmar então o poder criador da linguagem. Ela é o instrumento responsável por instaurar realidades que antes não existiam e por trazer de volta aquelas que já

deixaram de existir, tal é a experiência humana do tempo na linguagem. Estamos de acordo com Benveniste (2005, p.27) quando este afirma que

O homem sentiu sempre – e os poetas frequentemente cantaram – o poder fundador da linguagem, que instaura uma realidade imaginária, anima as coisas inertes, faz ver o que ainda não existe, traz de volta o que desapareceu.

Assim é quando, nos referindo a eventos que estão por ocorrer, criamos hipóteses, discutimos alternativas, debatemos planos, escrevemos e reescrevemos textos, enfim, expressamos nossas expectativas através da linguagem. Ela tem em si o poder de criar realidades futuras que ainda não existem e poderão nunca existir: a confirmação dessas realidades hipotéticas ficará sempre a encargo do tempo. Também ela é o meio pelo qual recuperamos realidades passadas e fazemos surgir realidades presentes. Logo, a linguagem revela *per se* que “não existe realmente poder mais alto, e todos os poderes do homem, sem exceção, pensemos bem nisso, decorrem desse [da palavra]” (BENVENISTE, 2005, p.27).

Por fim, atentamos para o que parece ser um dos mais relevantes aspectos em comum nas teorias sobre o tempo de Agostinho de Hipona, Émile Benveniste e Mikhail Bakhtin. Os três autores, mesmo em seus diferentes pontos de vista, nos mostram que é na e pela linguagem que se revela fundamentalmente a experiência humana do tempo. É na e pela enunciação, pelo uso da língua, que instauramos o presente e definimos o que foi passado e o que será futuro. Nas palavras de Benveniste (2006, p.76), “esta parece ser a experiência fundamental do tempo, de que todas as línguas dão testemunho à sua maneira”. Encontramos na língua as marcas do tempo feitas pelo sujeito que *vive* o tempo e que mobiliza esse sistema em uma temporalidade sempre nova e irrepetível, seja em cânticos e escrituras sagradas, como nos mostra Agostinho; seja em conversas do cotidiano, textos literários ou históricos, em diferentes línguas, como analisa Benveniste; ou ainda no texto literário, nos diversos tipos de romance, como estuda Bakhtin.

Uma vez pontadas algumas convergências que pudemos inferir através de nossas leituras, passamos agora a descrever certos pontos distintos entre os autores pesquisados.

5.2 Afastamentos

Enquanto tratávamos dos aspectos semelhantes nas teorias dos três autores já mencionados, surgiram características díspares entre elas, algumas tão específicas que surgem como a própria singularidade de cada autor. São elas agora tema desta seção.

Foi possível perceber durante nosso estudo como o lugar de fala de cada teórico foi definidor da singularidade de sua teoria. O texto agostiniano se assemelha a um sermão, com ostensivas referências religiosas (católicas, para sermos precisos), sendo entrecortado por súplicas e preces a Deus, o interlocutor imaginado por Agostinho. Já o texto benvenistano aborda o sistema das línguas conhecidas pelo mestre sírio para explanar a ocorrência dos fenômenos por ele apontados, são comuns exemplos do francês e de línguas como o malagaxe e o chinook, de sintagmas comuns do cotidiano.

Bakhtin apresenta sua teoria de modo diferente: o filósofo russo olha para as marcas do tempo na língua por meio do texto literário. Não podemos negar que Benveniste já tenha feito tal operação, basta voltarmos ao texto de 1959, *As relações de tempo no verbo francês*:

Para esclarecer melhor a ossatura “histórica” do verbo, reproduzimos adiante três amostras de narrativa, tomadas ao acaso; as duas primeiras são do mesmo historiador, mas de gêneros diferentes; a outra é tomada à literatura de ficção. (BENVENISTE, 2006, p.263)

Seu método é justificado pelo próprio objetivo: que melhor material para se estudar a narrativa (no caso, para demonstrar as diferenças entre narrativa histórica e narrativa de discurso) do que a própria narrativa? Após a citação acima, Benveniste traz dois trechos de *Histoire grecque* de Gustave Glotz (historiador) e um trecho de *Gambara*, novela de Honoré de Balzac (escritor). Observar-se-á, no limite do recorte teórico por nós feito na obra de Benveniste, que esse é o único momento em que o linguista evoca o texto literário para compor sua reflexão. Em outros textos são reproduzidos trechos de outras obras de cunho teórico, bem como frases e diálogos recorrentes.

Em contrapartida, no corpus selecionado, Bakhtin lança mão quase exclusivamente da literatura para apresentar os conceitos de tempo e espaço, de cronotopo e exotopia. O filósofo russo pareceu se admirar com a forma como a temporalidade e a espacialidade eram vistas nos romances de Goethe, a ponto de dedicar um ensaio unicamente para destacar a particularidade de sua composição.

Mikhail Bakhtin também se diferencia devido à visão que tem em relação aos tempos passado, presente e futuro. Como já mencionado, o autor vê, em conformidade com Goethe, o tempo como indissociável do espaço, ou seja, todo acontecimento se dá em determinado tempo e em determinado espaço. Assim, o espaço está saturado de tempo e este tem a sua localização precisa no mundo, aponta Bakhtin:

O vestígio autêntico, o sinal da história é humano e necessário, nele o espaço e o tempo estão ajustados em um bloco indissolúvel. O espaço terrestre e a história humana são inseparáveis entre si na visão concreta integral de Goethe. É isto que na sua obra torna o tempo histórico tão denso e materializado e o espaço tão humanamente compreendido e intensivo. (BAKHTIN, 2011, p.242)

O autor russo, conjuntamente a Goethe, trabalha com a ideia de que o vínculo entre passado, presente e futuro deve ser necessário, eficaz-criador. À vista dessa relação de necessidade é que se tem a plenitude do tempo, quando o passado é criativamente eficaz, determinando o presente e fornecendo com este uma certa direção também para o futuro, que em certo sentido antecipa o futuro, afirma Bakhtin (2011). Vemos, então, como o presente está ligado a um passado, que o determinou, e como este presente determina também o futuro.

Em suma, encontramos no pensamento de Bakhtin uma singularidade que se destaca em relação às teorias de Agostinho e Benveniste. O filósofo russo dirige suas reflexões para instâncias não exploradas pelos dois últimos autores mencionados; Bakhtin realiza uma incursão na história do romance para apontar as formas de composição de cada autor, em cada época, em diferentes sociedades e culturas, especialmente o modo como cada um contempla o cronotopo em suas obras, essa relação intrínseca entre tempo e espaço, algo que não encontramos nos textos benvenistianos e agostinianos que, inclusive, ao contrário de Bakhtin, não fazem uso de textos literários para abordar os conceitos que desejam esmiuçar.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto estudávamos os aspectos linguísticos da categoria tempo em Benveniste, tomamos conhecimento de outros autores destacados – a saber, Agostinho e Bakhtin – que haviam produzido importantes reflexões que poderiam contribuir, cada uma a seu modo, para compreendermos como se configura a experiência humana do tempo na linguagem e os modos pelos quais se constitui o sentido no discurso. Precisávamos, em um primeiro momento, tomar conhecimento a respeito do que dizia cada autor sobre o tempo e como suas ideias, originárias de diferentes correntes de pensamento, transformavam nossa visão sobre como se manifesta o tempo através da linguagem. Somente então poderíamos realizar o trabalho de olhar para essas teorias em conjunto e fazer notar suas relações, pois imaginávamos que elas apresentariam semelhanças e diferenças importantes a serem destacadas.

Optamos por trabalhar com recortes da obra de Agostinho, Benveniste e Bakhtin, selecionando capítulos específicos em que o tempo era foco de suas reflexões. Assim, estudamos e analisamos cada teoria, identificando seus principais conceitos e desde já destacando suas especificidades. Vimos como, para Agostinho, o tempo seria algo inexistente, já que o passado não existe mais, o futuro não existe ainda e o presente não tem duração, pois é um tempo inapreensível. O filósofo hiponense discorre sobre a impossibilidade de afirmarmos, com toda certeza, que medimos os tempos, pois é impossível medir algo que não existe. Ainda, o autor afirma sermos incapazes de viver novamente os acontecimentos passados senão através da descrição, do resgate dos eventos passados pela memória e do uso da linguagem. Da mesma forma, só podemos tratar sobre acontecimentos futuros que ainda não existem através de predições feitas por meio de coisas presentes que já existem e já podem ser observadas.

Em Benveniste, discutimos como se configura o tempo linguístico que é sempre e unicamente presente, determinado pela concomitância do acontecimento com a instância de discurso que o menciona. É assim que instauramos momentos passados e momentos futuros, relativamente a partir do eixo de nossa própria enunciação, que é sempre presente. Apresentamos também a distinção entre narrativa histórica e narrativa de discurso, mostrando como o tempo adquire status diferenciado na enunciação.

Já em Bakhtin, conhecemos os conceitos de cronotopia e exotopia, que dizem respeito à relação intrínseca entre tempo e espaço, respectivamente. Segundo o autor russo, todo acontecimento tem sua localização e todo espaço está saturado de tempo. Em seu texto, baseado na obra de Goethe, ele nos mostra como o presente carrega marcas do passado, um passado eficaz-criador, como no já conhecido exemplo do vilarejo de Einbeck.

Finalmente, reunimos as teorias previamente estudadas procurando destacar suas possíveis relações. Percebemos como os autores, mesmo falando de pontos de vista diferentes (Benveniste pelo viés da linguística e Agostinho e Bakhtin pelo da filosofia), apresentam certas características em comum. Sumariamente, Agostinho e Benveniste se aproximam teoricamente como quando realçam o poder fundador e único do tempo presente, assim como quando consideram a impossibilidade de se recuperar o passado – que jamais retorna e jamais se repete – senão através da linguagem. Também para esses autores, o futuro só pode manifestar-se no presente enquanto previsão, com base em elementos presentes que já podem ser observados. De outro lado, Bakhtin parece se afastar um pouco mais do pensamento de Agostinho e Benveniste ao tratar da cronotopia presente no texto literário, essa relação indissolúvel entre tempo e espaço. Apesar disso, o filósofo russo não se afasta completamente das ideias de Agostinho e Benveniste quando reconhece a possibilidade de o passado deixar vestígios no espaço que podem ser vistos no presente e que o futuro só pode ser vislumbrado a partir de coisas que já existem presentemente. Reconhecemos, entretanto, os limites desta pesquisa que se restringe a um único texto de Mikhail Bakhtin, ao tempo em que vislumbramos a possibilidade de dar continuidade a este estudo, explorando outros textos e obras do autor.

Com base em nossos estudos, pudemos reconhecer a existência de pontos de convergência e de divergência nas teorias de Agostinho, Benveniste e Bakhtin. Olhar para seus textos em conjunto, considerando seus distintos contextos de produção e suas especificidades, nos permitiu aprimorar nossa própria visão sobre o tempo na linguagem, ampliando nossas possibilidades de abordar a categoria tempo em estudos futuros. Durante a pesquisa, surgiram outras questões de ordem teórica, diferentes das que motivaram este trabalho. Elas dizem respeito à temas recorrentes de outros campos de estudo, que devem ser abordados em trabalhos vindouros sob um aspecto interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, S. O homem e o tempo. In:_____. *Confissões; De magistro = Do mestre*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.207-231.
- AMORIM, M. Cronotopo e exotopia. In: BRAITH, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p.94-114.
- BAKHTIN, M. M. O tempo e o espaço nas obras de Goethe. In:_____. *Estética da criação verbal*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. p.225-258.
- BENVENISTE, É. A linguagem e a experiência humana. In:_____. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p.68-80.
- _____. As relações de tempo no verbo francês. In:_____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p.260-276.
- _____. O aparelho formal da enunciação. In:_____. *Problemas de linguística geral II*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006. p. 81-90.
- _____. Vista d'olhos sobre o desenvolvimento da linguística. In:_____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p.19-33.
- _____. Da subjetividade na linguagem. In:_____. *Problemas de linguística geral I*. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2005. p.284-293.
- BÍBLIA SAGRADA. Gênesis 1:3. Apocalipse 1:11. Trad. STORNILO, I.; BALANCIN, E. M. São Paulo: Paulus, 1990.
- FIORIN, J. L. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. No princípio era o Verbo. In:_____. *As astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2016. p. 9-22.
- FLORES, V. do N. et al. *Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.
- FLORES, V. do N.; TEIXEIRA, M. Enunciação, dialogismo, intersubjetividade: um estudo em Bakhtin e Benveniste. *Bakhtiniana*, São Paulo, v.1, n.2, p.143-164, 2ª sem. 2009.
- _____. Linguística da Enunciação: uma entrevista com Marlene Teixeira e Valdir Flores. *ReVEL*, v. 9, n. 16, p.406-425, 2011. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/entrevistas/revel_16_entrevista.pdf. Acesso em: 4 jun. 2018.
- _____. Questões-chave da linguística da enunciação. In:_____. *Introdução à linguística da enunciação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012. p.97-111.
- MOHRMANN, C. Apresentação. In: POSSÍDIO. *Vida de Santo Agostinho*. 5. ed. São Paulo: Paulus, 2011. p.5-33.

IPHAN. *São Miguel das Missões*. Disponível em:
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Missões%20Jesuítas%20Guaranis.pdf>.
Acesso em: 28 out. 2018.

VALÉRIO, P. da S. O tempo em Benveniste. In: _____. *Linguagem e tempo: a memória na perspectiva da enunciação*. 2015. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2015. p.67-80.

PESSANHA, J. A. M. Vida e Obra. In: AGOSTINHO, S. *Confissões; De magistro = Do mestre*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p.5-24.

PESSOA, F. *Fernando Pessoa: antologia poética*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2006.